

**UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO**

**LAÍS DE SOUSA FRUTUOZO**

**ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE  
PRIVADO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A  
RESPONSABILIDADE CIVIL DO JORNALISTA**

BAURU  
2011

**LAÍS DE SOUSA FRUTUOZO**

**ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE  
PRIVADO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A  
RESPONSABILIDADE CIVIL DO JORNALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Ms. Vanessa Matos dos Santos.

BAURU  
2011

Frutuozo, Laís de Sousa

F945e

Entre o interesse público e o interesse privado: reflexões iniciais sobre a responsabilidade civil do jornalista / Laís de Sousa Frutuozo -- 2011.

85f. : il.

Orientadora: Profa. Ms. Vanessa Matos dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) - Universidade Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Comunicação. 2. Critérios de noticiabilidade. 3. Responsabilidade. 4. Responsabilidade civil do jornalista. I. Santos, Vanessa Matos dos. II. Título.

**LAÍS DE SOUSA FRUTUOZO**

**ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE PRIVADO:  
REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DO  
JORNALISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas da Universidade Sagrado Coração como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Jornalismo sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Ms. Vanessa Matos dos Santos.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Vanessa Matos dos Santos  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Daniela Pereira Bochembuzo  
Universidade Sagrado Coração

---

Prof<sup>o</sup>. Esp. Sandra Mara Faria Firmino  
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 01 de dezembro de 2011.

Este trabalho é dedicado a toda a minha família e amigos, que não só no período de desenvolvimento deste trabalho, mas em toda a minha vida sempre estiveram ao meu lado com carinho, paciência e compreensão, em especial à minha mãe, por ser meu exemplo e meu porto seguro nos momentos mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família: meus pais e minha irmã pelo apoio, carinho e incentivo que souberam me transmitir durante toda a minha vida.

À professora e orientadora deste trabalho, Vanessa, pela orientação e pela paciência transmitida durante todo o trabalho.

Ao meu namorado, Edilson, por me apoiar e ouvir nos momentos mais desesperadores.

Às minhas primas, em especial à Ligiane, por toda a paciência nesse tempo e por ser minha melhor companhia nos dias mais difíceis.

Às minhas amigas do curso de Direito, que tiveram paciência e me apoiaram enquanto desenvolvia este projeto.

Agradeço a todos que colaboraram de forma direta ou indiretamente para a execução deste trabalho.

“A Imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa ressuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda a prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adulá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas... Só se é geômetra com o seu placet, só se é calista com a sua confirmação e se o Sol nasce é porque eles afirmam tal coisa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham para a seleção das mediocridades, de modo que...

- Você exagera, objetou Leiva. O jornal já prestou serviços.

- Decerto... não nego... mas quando era manifestação individual, quando não era coisa que desse lucro; hoje, é a mais tirânica manifestação do capitalismo e a mais terrível também... É um poder vago, sutil, impessoal, que só poucas inteligências podem colher-lhe força e a ausência da mais elementar moralidade, dos mais rudimentares sentimentos de justiça e honestidade! São grandes empresas, propriedade de venturosos donos destinadas a lhes dar o mínimo sobre as massas, em cuja linguagem falam, e a cuja inferioridade mental vão ao encontro, conduzindo os governos, os caracteres para os seus desejos inferiores... Não é fácil a um indivíduo qualquer, pobre, cheio de grandes idéias, fundar um que os combata...” (Lima Barreto)

## ENTRE O INTERESSE PÚBLICO E O INTERESSE PRIVADO: REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DO JORNALISTA

### RESUMO

A comunicação é algo fundamental para a vida do homem em sociedade. As constantes mudanças nas formas de se comunicar fazem com que os tipos de comunicação também evoluam. Atualmente, o acesso rápido e fácil a um número cada vez maior de informações faz com os jornalistas se preocupem cada vez menos com a qualidade das notícias que são passadas a sociedade. Levando-se em conta que o papel fundamental do jornalismo é levar informações verídicas e que atendam aos interesses da sociedade, o bom exercício do jornalismo é fundamental para a qualidade das informações que são transmitidas à sociedade, elas devem levar em conta os critérios de noticiabilidade e os princípios de individualidade e respeito impostos pela Constituição Federal. Neste sentido, questiona-se a atuação do jornalismo em dois casos que envolvam o assassinato de crianças. A partir disto, este trabalho de pesquisa buscou estudar quatro reportagens transmitidas pela televisão brasileira, duas sobre o caso “João Hélio” e outras duas relacionadas ao caso “Isabela Nardoni”. Primeiramente, foi realizada também uma pesquisa bibliográfica a fim de embasar os assuntos: comunicação, gêneros jornalísticos, critérios de noticiabilidade e responsabilidade civil do jornalista. Posteriormente, foi realizada uma análise conteudística e comparativa a fim de entender as falhas nas coberturas jornalísticas brasileiras. Os resultados são apresentados de forma crítica por meio de análise dos conteúdos das matérias questionadas.

**Palavras - chaves:** Comunicação. Critérios de Noticiabilidade. Responsabilidade Civil do Jornalista.

## ABSTRACT

The Communication is important to the life of the man in society, the constants ways to communicate makes the types of communication also evolve. Currently, the quick and easy access to a growing number of information makes journalists worry less about the quality of stories that are passed on to society. Taking into account that the role of journalism is to get accurate information and that meet the interests of society, the proper practice of journalism is important to the quality of information that is transmitted to society, they must take into account the criterion of newsworthiness and principles of individuality and respect imposed by the Federal Constituiton. This sense the question is the role of journalism in two cases involving the murder of children. From this, this research sought to study four Brazilian televised reports, two of the case "John Helium" and two other related case "Nardoni Isabela". First, we also performed a literature search in order to improve the issues: communication, gender journalistic criterion of newsworthiness and civil responsibility of the journalist. Subsequently, we performed a comparative analysis content and in order to understand the flaws in the Brazilian media coverage. The results are presented through a critical analysis of the contents of the subjects questioned.

**Key words:** Communication. Criterion of newsworthiness. Civil Responsibility of the Journalist.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
2.1 MÍDIA MASSIVA.....	18
2.1 UMA NOVA MÍDIA.....	19
<b>3 COMUNICAÇÃO DE MASSA E TECNOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
3.1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....	25
3.1.1 GÊNERO INFORMATIVO.....	29
3.1.2 GÊNERO OPINATIVO.....	30
3.1.3 GÊNERO INTERPRETATIVO.....	31
3.1.4 GÊNERO DIVERSIONAL.....	32
3.1.5 GÊNERO UTILITÁRIO.....	33
3.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....	34
3.3 O IMEDIATISMO JORNALÍSTICO NOS DIAS ATUAIS.....	39
<b>4 INTERESSE PÚBLICO.....</b>	<b>42</b>
4.1 INTERESSE À VIDA PRIVADA.....	48
4.2 JUSTIÇA E IMPRENSA.....	54
4.3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO JORNALISTA.....	57
<b>5 ANÁLISE DE CASO.....</b>	<b>60</b>
5.1 CASO JOÃO HÉLIO.....	61
5.2 CASO ISABELA NARDONI.....	62
5.3 ANÁLISE DO CASO JOÃO HÉLIO.....	65
5.4 ANÁLISE DO CASO ISABELA NARDONI.....	67
5.5 ATUAÇÃO DA MÍDIA.....	69
<b>6 CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>74</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>79</b>
<b>APÊNDICE 1- ENTREVISTA CARLO NAPOLITANO.....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE 2- ENTREVISTA REGINALDO MATTOS.....</b>	<b>84</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a comunicação é um processo que acontece em todas as situações do cotidiano e faz parte da vida do homem, é importante destacar que mesmo com o avanço das tecnologias o homem continua sendo o mesmo.

No entanto, se no século passado informar-se era algo que dizia respeito apenas à elite, hoje a informação é essencial para qualquer pessoa, em qualquer sociedade, em qualquer contexto.

A comunicação não existe como algo separado da vida humana; comunicação e sociedade são uma coisa só. Não existiria comunicação sem sociedade nem a sociedade sobreviveria sem a comunicação. Dessa forma, o que molda o tipo de sociedade em que vivemos é a forma de comunicação que somos capazes de estabelecer (BORDENAVE, 1982).

Esta pesquisa aborda um tema que, embora necessário, ainda permanece carente de discussões aprofundadas: - Responsabilidade civil do jornalista. Pergunta-se: Até que ponto vai – ou deveria ir – a atuação do jornalismo em divulgar situações chocantes ou crimes hediondos? E, ao divulgar tais assuntos, como respeitar as vítimas e suas famílias?

Buscando esclarecimento sobre estas perguntas, esta pesquisa analisa quatro notícias veiculadas na TV brasileira e, com base nelas, se problematiza a responsabilidade civil do jornalista.

Buscando esclarecer estas questões, apresentaremos, no primeiro capítulo: “**O que é Comunicação**”, os princípios teóricos que norteiam nosso entendimento sobre comunicação, notadamente expresso pelos autores: Bordenave (1982), José Marques de Melo (1986), José Luiz Beltrão (1986), entre outros.

O segundo capítulo, “**Comunicação de massa e tecnologia: entre os valores notícia e os critérios de noticiabilidade**”, tratará os gêneros da notícia, bem como os principais critérios que norteiam a divulgação jornalística.

O terceiro capítulo, “**Interesse público**”, conduzirá a reflexão para o aprofundamento da problemática entre interesse público e interesse do público. Por fim, o quarto capítulo, “**Análise dos casos**”, explicitará o corpus desta pesquisa: quatro matérias jornalísticas veiculadas pela TV brasileira envolvendo casos de crimes contra criança (Caso João Hélio e Caso Isabela Nardoni). É neste capítulo que também apresentaremos a metodologia utilizada para analisar a postura do

jornalista. Com o objetivo de aprofundar uma análise conteudística prévia e oferecer à comunidade científica e acadêmica um embasamento diferenciado, fizemos entrevistas roteirizadas com dois profissionais da área jurídica. Os resultados são apresentados no último capítulo deste trabalho, “**Contribuição das entrevistas**”.

Por mais que muitas críticas sejam feitas com relação à postura do jornalista em casos como os escolhidos aqui, é importante destacar que nossa meta é evidenciar as falhas para, conseqüentemente, oferecer contribuições para o exercício do jornalismo ético e profissional. Esta pesquisa é, antes de tudo, uma contribuição para pensar um tema que se mostra, cada vez mais, desafiador.

## 2 COMUNICAÇÃO

Considera-se o ato de estabelecer comunicação por parte de qualquer ser humano como uma necessidade básica para a sua existência; trata-se de algo tão essencial quanto nossos atos de respirar ou andar. Sua importância, muitas vezes, só é percebida quando, por algum motivo, perdemos esta capacidade.

A comunicação viabiliza a troca de mensagem entre as pessoas; é ela que permite ao homem avançar nos campos científico e tecnológico, pois a todo momento estamos nos comunicando, mesmo que involuntariamente. A comunicação pode se efetivar através do contato físico ou expressão corporal, de forma verbal ou não-verbal; até o nosso silêncio nos permite passar algum tipo de informação.

A comunicação não existe por si mesma, como algo separado da vida da sociedade. Sociedade e comunicação são uma coisa só. Não poderia existir comunicação sem sociedade, nem sociedade sem comunicação. A comunicação não pode ser melhor que a sua sociedade nem esta melhor que sua comunicação. Cada sociedade tem a comunicação que merece (BORDENAVE, 1982, p. 16).

Em seu processo de desenvolvimento, a sociedade passou por várias transformações – sociais, econômicas, infraestruturais, etc. Ao longo da história, a sociedade também desenvolveu diferentes formas de comunicação, até chegar à expansão do alcance das mensagens. Os meios de comunicação são resultantes do esforço da humanidade em vencer a distância geográfica.

A discussão sobre origem da fala humana já dura bastante tempo, alguns afirmam que ela se originou a partir da imitação dos sons da natureza, enquanto outros afirmam que o desenvolvimento da fala humana se deu através de exclamações espontâneas como o “ai” da pessoa ferida (BORDENAVE, 1982).

Bordenave (1982, p.24) afirma que, independente da origem, “os homens encontraram a forma de associar um determinado som ou gesto a um certo objeto ou ação”. Foi a partir disto que surgiram os signos, que significam qualquer coisa que faz referência a outra coisa ou ideia. O surgimento dos signos funciona como um marco para o desenvolvimento da comunicação, uma vez que estes possibilitam ao homem atribuir significados às coisas de seu cotidiano. Eles representam a base da comunicação e, conseqüentemente, da linguagem.

Além disto, a criação da gramática foi imprescindível para o homem, pois ela trata de regras para que se possa relacionar um signo com o outro e atribuir sentido à mensagem desejada. Além disso, suas regras proporcionam uma infinidade de combinações, permitindo ao homem se expressar sobre o que quiser.

Essas regras de combinação fazem com que o significado de cada coisa já não dependa só de qual signo se trata, mas também na estrutura em se apresentar cada um deles, fazendo surgir diferentes modos de utilização da linguagem, como a forma interrogativa, exclamativa, entre outras.

Com o desenvolvimento dos signos e uso da gramática, surgiu a linguagem, que permitiu ao homem compreender qual a função de cada palavra, dependendo da forma em que ela é empregada. A linguagem oral, sem dúvida foi a primeira forma de comunicação do homem, seja ela acompanhada da linguagem gestual ou não. O problema é que essa forma de comunicação se perde facilmente no tempo e dificulta a memorização dos signos, uma vez que ela não permite o arquivamento de nada que é dito.

Quando utilizamos apenas a fala, o esquecimento se dá de forma muito mais rápida e a passagem de uma determinada informação de um local para outro é muito mais difícil, devido à facilidade em modificar a mensagem inicial.

Por esse motivo, para fixar seus signos, garantir a memorização do significado de cada coisa e a permanência de suas mensagens, o homem utilizou desenhos na parede de suas cavernas, ou seja, utilizou-se de pinturas rupestres. Dessa forma, qualquer informação poderia ser repassada a qualquer distância, sem correr o risco de sofrer alteração durante o decurso do tempo e da distância. Os desenhos representavam a própria coisa, um desenho de uma lua, era de fato, uma lua, por exemplo.

Diante disso, a expressão de determinados atos do cotidiano dos homens das cavernas era limitada, uma vez que existem sentimentos ou acontecimentos que não têm uma forma definida de coisa: para que possam ser manifestados. Por conta dessa necessidade, os desenhos passaram a representar idéias com o uso dos chamados ideogramas.

Nesta época, a escrita seguia a mesma sequência cronológica da linguagem falada; primeiro representava-se o que aconteceu e, em sequência, a descrição dos fatos, conforme eles haviam acontecido.

A percepção de que os nomes dos objetos compunham-se de unidades menores de sons e, por conseqüência, de que os signos poderiam representar essas unidades e não mais uma coisa ou ideia, trouxe para o homem mais liberdade para se comunicar e o fez desenvolver a escrita chamada de fonográfica, em que os signos passaram a representar os sons.

Foi através da representação de pequenos sons que começaram a surgir as letras e posteriormente o alfabeto. Era o que faltava para que se ampliasse o alcance da linguagem escrita, permitindo que qualquer pessoa aprendesse e combinasse os sons sem necessariamente saber das equivalências dos signos gráficos, ideias e objetos determinados.

Embora o alfabeto tenha sido inventado, poucas pessoas tinham acesso a ele e a cultura de um povo para outro era transmitida através da fala ou de imagens. Bordenave (1982) aponta como exemplo dessa época os vitrais das catedrais da Idade Média, que eram responsáveis por contar toda a história sacra pela qual a fé religiosa foi fundamentada.

O acesso à escrita era uma realidade elitista e pouco usual, uma vez que mesmo que a sua mensagem pudesse ser transmitida através da linguagem escrita, o receptor da mensagem poderia não ter acesso a ela.

Concomitantemente com o desenvolvimento da comunicação, localiza-se o desenvolvimento dos meios de comunicação. As mensagens, nos primórdios da escrita, eram talhadas em pedras e pergaminhos feitos de couro, até que os chineses desenvolveram uma forma primitiva de papel feito de barro cozido, estanho, madeira e bronze.

Johann Gutenberg, por volta de 1447, conseguiu desenvolver a tipografia e melhorar a qualidade dos papéis até então usados. Os papéis se tornaram mais leves e resistentes, o que permitiu maior praticidade no uso desse objeto. Ele criou a chamada “prensa de imprensa”, o que possibilitou a produção em massa dos jornais.

Agregado a isto, a descoberta da fotografia proporcionou o desenvolvimento da comunicação visual, permitindo que os livros, jornais e revistas fizessem uso de recursos imagéticos e se tornassem cada vez mais atrativos. Para Bordenave (1982, p.29), “o alcance da comunicação foi assegurado de maneira definitiva pela invenção dos meios eletrônicos que aproveitam diversos tipos de ondas para transmitir signos: o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão e, finalmente, o satélite”.

Entendendo que o contexto atual é fruto de nossa história passada, é possível afirmar que esses meios permitem ao homem se aproximar de qualquer lugar através da comunicação. Para Bordenave (1982, p.18), o jornal pode ser um bom exemplo porque, “além das funções de tipo “racionais” como provisão de informação, também satisfaz necessidades “não racionais”, como o fornecimento de contatos sociais e, indiretamente, de prestígio social”.

Historicamente, além do jornal, pode-se citar também o advento do rádio, da televisão e finalmente, da internet. Estes meios, enquanto facilitadores da comunicação vêm se tornando cada vez mais massificados, o que para Bordenave (1982), não pode ser considerado como um vulto para a comunicação global da sociedade, pois de acordo com ele o homem vem se reencontrando e reaprendendo a comunicação pessoa a pessoa.

Os meios de comunicação se desenvolveram e impulsionaram os estudos sobre a comunicação no campo do Saber. O estudo da Comunicação – como campo do Saber – surgiu no século III A.C com Aristóteles que, em sua obra *Arte Retórica*, buscava entender a necessidade de convencer um determinado público sobre determinado assunto (SANTOS, 2007).

O modelo comunicacional criado pelo filósofo traz elementos básicos da comunicação que continuam sendo usados até os dias atuais, de acordo com ele a comunicação sempre terá: uma pessoa que fala, um discurso e uma pessoa que ouve (SANTOS, 2007). Aristóteles afirmava que o discurso sempre parte de um QUEM (emissor), que transmite um QUE (mensagem) e aquele que ouve também pressupõe um QUEM (receptor).

A mesma autora afirma ainda que, a partir do modelo aristotélico, outros modelos comunicacionais foram desenvolvidos, sob os mais diferentes aspectos, interesses e objetivos, no entanto o antigo modelo aristotélico ainda não perdeu a sua utilidade.

Porém, é a partir do século XX que teremos o ápice do processo de desenvolvimento dos estudos comunicacionais. Durante os anos 70, os estudos em comunicação ganham maiores proporções com o desenvolvimento da televisão, que foi impulsionada pelas duas grandes guerras. Durante os períodos de guerra, a televisão buscava motivar a população de uma forma geral para que se interessasse mais sobre as batalhas, além de servir como importante canal de divulgação e propaganda das atitudes dos governos (SANTOS, 2007).

Além disso, a autora destaca que durante esse período foi possível assegurar que a importância da comunicação estava na transmissão de um ponto até outro, além de permitir identificar os componentes da comunicação. Desta forma, o emissor, basicamente, seria o responsável por transmitir a informação. De acordo com Shannon (1975 *apud* SANTOS, 2007), a emissão pode ficar a cargo de uma fonte transmissora, que para ele refere-se a um conjunto de sinais disponíveis para serem utilizados.

Em se tratando de comunicação humana, os papéis de fonte e emissor podem ser alterados com facilidade, o que não acontece quando tivermos sistemas mecânicos de transmissão que permitem a identificação desses elementos de forma mais clara (SANTOS, 2007).

Por outro lado, o receptor necessita que aconteça uma forma de relação com o emissor da mensagem para que consiga ter acesso a ela e entenda o que se pretende com determinada informação. Shannon (1975 *apud* SANTOS, 2007) define o receptor como um elemento que capta sinais e se relaciona com aquele que o transmitiu.

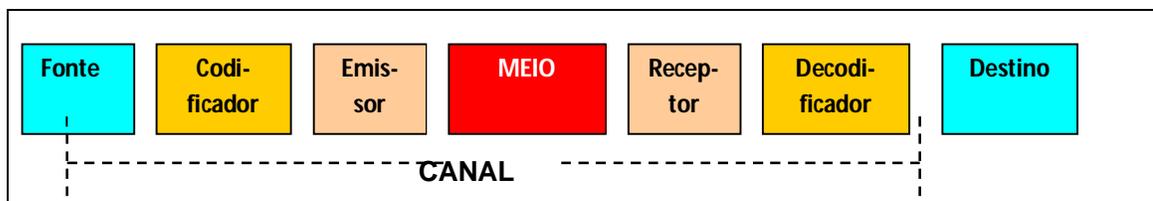
Podem ocorrer falhas na comunicação, devido a uma falha “tradução” daquilo que foi enviado. Santos (2007, p.10) cita que:

Um exemplo claro é o que acontece quando pessoas oriundas de áreas específicas fazem uso de um vocabulário específico que não pode ser entendido pelos demais; a área jurídica e o uso de vocábulos específicos da área ficam restritos às pessoas do mesmo ramo, sendo difícil seu entendimento pelos demais.

Este tipo de problema, situado no polo do receptor da mensagem, pode gerar a incompreensão total ou parcial da informação, comprometendo toda a mensagem transmitida, pois a mesma autora afirma que é no polo passivo que se verifica a coincidência entre a mensagem emitida e recebida.

O canal é considerado o elemento mais importante para a transmissão de sinais, visto que é ele quem garante a qualidade da informação. Perante sua importância, Escarpit (Salinas, 1992, p. 68, *apud* Santos, 2007, p.12) aponta que canal é tudo que se encontra entre a fonte e seu receptor.

**FIGURA 1**  
**Elementos do processo de comunicação**



Fonte: SALINAS (1992, apud SANTOS, p. 92, 2007)

Outro componente do processo comunicacional, que está diretamente ligado com o canal é a fonte que Santos (2007, p.13) define como “o conjunto de elementos disponíveis para a elaboração de uma informação para que ela possa ser transmitida”.

A fonte poderá permitir a comunicação através de uma forma natural, permitindo que ela seja limitada ou não. No caso do canal utilizado ser natural, a comunicação se efetivará por elementos de convenções, mas tanto o codificador quanto o decodificador da mensagem devem partilhar desta mesma convenção para que o processo comunicacional consiga se efetivar.

Quando o canal utilizado é artificial, o conjunto de elementos que permitem a transmissão da informação passa a ser limitado, pois depende diretamente dos recursos disponibilizados por este meio que será utilizado.

O ruído, assim como a fonte, também se relaciona com o canal e pode ser qualquer tipo de perturbação que prejudique na transmissão da mensagem. Portanto, a qualidade da mensagem transmitida está diretamente ligada com a não-existência de ruídos. Santos (2007, p. 14) salienta que:

O sucesso na transmissão da mensagem depende da qualidade do canal (associado à ausência de ruídos) e também da fidelidade. A fidelidade aqui diz respeito a uma situação de ruído zero e perfeita decodificação. Isto é, a mensagem permanece a mesma, ainda que tenha se utilizado de um canal de transmissão.

Com o tempo e os avanços tecnológicos, a comunicação ganhou um caráter financeiro e baseou-se na eficácia comunicacional do receptor da mensagem; o

emissor passou a se preocupar mais com a necessidade de persuadir o seu receptor, deixando de lado a importância do conteúdo do que é transmitido. O que dificulta cada vez mais a definição de comunicação, tornando-a um termo cada vez mais inexato e complexo, motivado principalmente pelas inúmeras formas de realizar a comunicação e os diferentes campos de interesse em entendê-la. Com base nesta constatação, pode-se também compreender os estudos em comunicação por meio de níveis: comunicação intrapessoal, interpessoal, pequenos grupos, comunicação de massa e organizacional.

Esses níveis comunicacionais poderão passar a informação desejada envolvendo canais mecânicos ou não, dependendo do tipo de mensagem que desejamos transmitir.

Na comunicação intrapessoal, nos comunicamos com nós mesmos, seja no desenvolvimento de um raciocínio ou mesmo quando cantarolamos no chuveiro. Já a interpessoal é caracterizada pela troca de informações entre duas ou mais pessoas, o que, de acordo com Straubhaar (2004, p.8), “nos anais dos estudos de comunicação o termo fica reservado para situações nas quais apenas duas pessoas estão em comunicação”.

A comunicação em grupo, por sua vez, ocorre quando três ou mais pessoas estão em comunicação em uma dinâmica importante, em que todos estão em um contexto comum. Straubhaar (2004) afirma que a comunicação de massa funciona como uma mensagem que é comunicada de uma única fonte para muitos receptores, com relativamente poucas oportunidades para que esses receptores se comuniquem de volta com a fonte.

Outro nível comunicacional é aquele que ocorre dentro das organizações formalmente estruturadas, que podem ser: grandes empresas, micro empresas, agências públicas, entre outros. A chamada comunicação organizacional pode incluir vários tipos de comunicação, desde a transmissão de uma mensagem de uma pessoa para outra pessoa ou para grandes grupos, dentro da mesma empresa até complexos sistemas de comunicação corporativa. Nestes casos, o que determina o teor e o conteúdo dessa comunicação estará de acordo com a função e a posição de cada pessoa dentro da organização.

## 2.1 MÍDIA MASSIVA

Qualquer objeto capaz de transmitir um tipo de informação pode ser considerado um meio, seja ele verbal ou não verbal e, neste sentido, a escolha da mídia diz muito sobre a mensagem, pois, McLuhan (1964, p. 24) afirma que:

As mais recentes abordagens aos estudos dos meios levam em conta não apenas o conteúdo, mas o próprio meio e a matriz cultural em que um meio ou veículo específico atua. O antigo desconhecimento dos efeitos sociais e psicológicos dos meios pode ser ilustrado praticamente por qualquer um dos pronunciamentos oficiais.

Além disso, o mesmo autor salienta que os meios de comunicação de massa funcionam como extensão do homem, capazes de moldar uma sociedade e fazer com que ela transmita com exatidão aquilo que é de interesse desse meio:

Os meios tecnológicos são recursos naturais ou matérias-primas, a mesmo título que o carvão, o algodão e o petróleo. Todos concordarão em que uma sociedade cuja economia depende de um ou dois produtos básicos, algodão ou trigo, madeira, peixe ou gado, apresentará, como resultado, determinados e evidentes padrões sociais de organização.

Neste sentido, a configuração de uma sociedade não pode se basear apenas nos moldes estabelecidos por um meio de comunicação de massa, pois os interesses podem ser divergentes. O que determina o acesso a um determinado tipo de mídia, segundo Straubhaar (2004) é o capital econômico e capital cultural. O capital econômico é essencialmente a riqueza pessoal, que determina o tipo de meio de comunicação ao qual a pessoa terá acesso; enquanto o capital cultural é determinado pela educação, família e outros elementos educacionais adquiridos durante a vida da pessoa.

Historicamente, o jornal era lido por pessoas que tinham tanto o capital econômico quanto o cultural, uma vez que o acesso a esse meio de comunicação está diretamente ligado à capacidade de leitura. Dessa forma, outros meios de comunicação foram surgindo a fim de preencher essa lacuna e inserir outros sentidos nas transmissões de informações. O advento do rádio durante os anos 20

buscou alcançar com mais facilidade outras camadas da sociedade que até então não tinham acesso ao jornal, como por exemplo, as áreas rurais.

O uso da audição como única forma de entender a mensagem fez com que o rádio se tornasse um meio de comunicação massificado nas camadas mais excluídas da sociedade, uma vez que não exigia conhecimento de leitura nem de escrita para a compreensão do que se pretendia passar.

A televisão surge com a ideia de aprimorar ainda mais a capacidade de entender a mensagem enviada. Além disso, a junção dos sentidos da audição e visão, que conseguia mostrar através das imagens o que anteriormente era feito só pela audição, potencializou o alcance das mensagens, fazendo com que a sociedade fosse se tornando, aos poucos, mais midiaticizada.

## 2.2 UMA NOVA MÍDIA

O advento da internet durante a década de 70 fez surgir o mais completo dos meios de comunicação até hoje existente. A internet surge como o primeiro meio que possibilita que todos sejam, simultaneamente, emissores e receptores da mensagem.

Essa potencialidade fez com que os estudos também fossem, em grande medida, direcionados para o estudo deste fenômeno que se mostrou a internet. O campo da comunicação passa por um período de sérias mudanças advindas da revolução tecnológica, iniciada a partir da década de 70, com a popularização dos computadores e posteriormente com o uso da internet. Castells (1999, p. II) cita que:

A passagem dos meios de comunicação de massa tradicionais, para um sistema de redes horizontais de comunicação, organizadas em torno da internet e da comunicação sem fio, introduziu uma multiplicidade de padrões de comunicação na base de uma transformação cultural fundamental à medida que a virtualidade torna uma dimensão essencial em nossa realidade.

De acordo com o mesmo autor, essa mudança tecnológica faz com que ocorra atualmente em nossa sociedade a construção de uma nova cultura baseada no processamento digital de informações. Dessa forma, acabamos por inserir uma

divisão geracional entre aqueles que nasceram antes da era da internet e aqueles que estão crescendo em um mundo cada vez mais digitalizado.

Essa nova forma de se comunicar faz com que a comunicação ultrapasse qualquer tipo de barreira geográfica, permitindo a formação de infinitas redes, o que constitui novas formas de sociabilidade, com características desse tempo.

Além disso, esse novo meio de comunicação permite o acesso a vídeos, áudios e textos, facilitando a obtenção de informação em diferentes fontes.

A internet está repleta de vias duplas de comunicação, onde todos podem construir, dizer, escrever, ver e ler qualquer tipo de conteúdo; fazendo com que vários paradigmas da sociedade comecem a ser modificados.

O paradigma do pensamento linear está sendo superado pelo pensamento hipertextual, que se organiza sob a ótica da internet, baseada no acesso a vários conteúdos diferentes ao mesmo tempo, permitindo a ampliação de uma linha de raciocínio sem que para isso seja preciso seguir uma ordem linear de pensamento.

Como meio de comunicação, a Rede, como também é conhecida, veio compor o cenário da Sociedade da Informação<sup>1</sup> já imaginada e antecipada por pensadores como Castells (1999). A informação passa a constituir a matéria-prima de nossa sociedade, fonte não apenas de capital, mas também de poder.

Um espaço inteiramente constituído de informação, como a Internet, passa a ter um papel central nessa nova sociedade, tanto em termos de circulação de capital, quanto em termos de reconfiguração do espaço e das relações sociais. Este espaço, denominado como ciberespaço, ou espaço virtual tem permitido o acesso rápido e fácil à informação. O ciberespaço é um não lugar. Não concreto, não físico, mas real.

Embora não seja este o foco do trabalho, é importante destacar que essa nova estrutura comunicacional inclui algumas pessoas e acaba por excluir outras, induzindo a uma geografia de desigualdade social, econômica e tecnológica. Enquanto algumas Nações já podem dizer que estão incluídas digitalmente, outras ainda patinam nesse processo, agravando a situação de desigualdade social.

Historicamente, esta nova forma de comunicação advinda do uso massivo da internet modificou os formatos da economia moderna. A evolução da tecnologia

---

<sup>1</sup> Embora existam outros autores mais antigos que trabalhem com a temática, partimos do pressuposto de que Castells a desenvolveu amplamente e estabeleceu o viés comunicacional da mudança tecnológica de maneira mais sintética, o que atende os objetivos desta pesquisa.

modificou as formas de se organizar a economia e a capacidade produtiva da sociedade.

Castells (1999, p.118) afirma que: “a emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne um produto do processo produtivo”. Dessa forma, de acordo com o mesmo autor, o produto das indústrias de tecnologia da informação é o próprio processamento da informação

Com o desenvolvimento dessas formas de comunicação, Straubhaar (2004) argumenta que o uso da tecnologia como auxiliador da construção da informação fez surgir uma economia totalmente baseada na informação, seguindo dois aspectos. Segundo ele, o primeiro aspecto é a própria importância do crescimento do setor da informação como fonte de emprego e geradora de crescimento econômico da sociedade. Quanto ao segundo aspecto, o autor explica que diz respeito à importância de se valorizar a infraestrutura da produção de informação, como forma de auxiliar empresas de diferentes setores, a fim de contribuir na produtividade de cada uma delas.

O autor destaca ainda que o setor informacional pode ser dividido em duas partes, um setor de informação primária, que produz, processa e vende produtos e serviços de informação e outro setor, chamado por Straubhaar (2004) de setor de informação secundária, caracterizado pela existência de muitas empresas que não são especializadas em vender informação, produzirem, processarem e distribuírem informação para seu próprio uso, internamente.

Este setor de informação secundária é aquele oriundo de serviços informacionais produzidos dentro da própria empresa, também chamado de comunicação organizacional, já tratado anteriormente neste trabalho.

Esta forma de se produzir informação não visa um negócio apenas informacional, ela é fabricada e consumida dentro da própria empresa, visando aumentar a produtividade e melhorar os relacionamentos entre os colaboradores.

De forma geral, a comunicação mantém o seu papel primordial na vida em sociedade, seja como forma simples de aproximar pessoas em um nível interpessoal, seja como forma de produzir lucros, conforme vem acontecendo recentemente.

Straubhaar (2004) aponta, ainda, que o capitalismo moderno vem sendo orientado pelas novas formas de comunicação. Dessa forma, a informação torna-se

o principal responsável pela disseminação do capitalismo e, conseqüentemente, pelo incentivo ao consumismo moderno.

Cada vez mais a comunicação consegue aproximar povos e incorporar novas ideias à sociedade, sejam elas de interesse público ou privado, o que acaba gerando significativas mudanças culturais e de consumo em diferentes sociedades, assunto que será mais detalhado no próximo capítulo.

### **3 COMUNICAÇÃO DE MASSA E TECNOLOGIA: ENTRE OS VALORES NOTÍCIA E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE**

Os executivos da comunicação têm se deparado com um problema freqüente: seus níveis de audiência estão diminuindo. Existem diversos motivos para este problema, mas o mais importante deles se deve ao fato de que os tradicionais meios de comunicação de massa estão sendo desafiados pela internet e por outras tecnologias, que oferecem amplos serviços de informação e entretenimento.

Dessa forma, atualmente as redações estão sendo dominadas por dispositivos informatizados que, de forma geral, visam substituir o trabalho do repórter de jornal, além de exigir desse profissional uma constante atualização de seus conhecimentos de informática.

Enquanto isso, os empresários comunicacionais buscam formas de acompanhar esta mudança, sem que isso prejudique a qualidade e os rendimentos de suas empresas. De acordo com Dizard (2000), isto tem forçado os administradores a se adaptarem a um novo ambiente de negócio, e o resultado pode ser visualizado por meio de contínuas fusões, alianças, aquisições de controle e liquidações das antigas empresas de comunicação.

O mesmo autor afirma ainda que essa nova forma de produzir informação modifica até a antiga definição de meios de comunicação de massa. Dizard (2000, p.22) pontua que:

[...] mídia de massa, historicamente, significa produtos de informação e entretenimento centralmente produzidos e padronizados, distribuídos a grandes públicos através de canais distintos. Os novos desafiantes eletrônicos modificam todas essas condições.

Segundo ele, esta nova mídia está fornecendo serviços especializados a vários pequenos segmentos de públicos, como podemos verificar com a televisão a cabo. Entretanto, de acordo com o mesmo autor, a maior mudança causada por esta nova forma de produzir notícias, se dá no fato do público ter acesso “[...] a um produto de voz, vídeo e impressos num canal eletrônico comum” (DIZARD, 2000, p.22).

Dessa forma, esta possibilidade de interação bidirecional permite ao consumidor maior controle sobre o serviço que recebe e a possibilidade, como já

mencionado anteriormente neste trabalho, de ser ao mesmo tempo emissor e receptor da informação. Soma-se a isso o fato de que esta nova mídia permite também que o consumidor tenha acesso apenas aos conteúdos que seja de seu interesse.

Para a indústria midiática, ela abre uma perspectiva de distribuição de uma ampla quantidade de serviços avançados de informação e entretenimento para audiências maiores. Entretanto, nos dias atuais, um dos principais benefícios da internet, está no fato de que as pessoas podem ter conteúdos diretos e práticos. Dessa forma, a possibilidade de ter acesso à informação em qualquer lugar, acentua a disseminação dessa nova mídia, além de permitir que os leitores assimilem as informações em pouco tempo.

O que pode ser visto como um ponto positivo esconde também uma problemática, essa necessidade de transmitir informação de forma clara e rápida faz com que as empresas se preocupem cada vez menos com a qualidade desta informação.

Além disso, este ambiente desenvolveu meios para divulgar cada vez mais informações, gerando uma sobrecarga de dados disponíveis jamais vista na humanidade. Neste sentido, Lima (2000, p. 2) explica:

Hoje, um dos maiores problemas que nos defrontamos no meio ambiente, já não é a falta de informação, mas sim a seleção adequada ou filtragem daquela que pode nos ser efetivamente útil. Precisamos aprender a esquecer e descartar informações que foram aprendidas ou assimiladas e que já não são contributórias para nossa adequação no contexto.

Isto ocorre, principalmente, para que as mídias clássicas e as novas tecnologias possam buscar cada vez mais e mais o fornecimento de uma variedade de serviços. Avançadas redes de telecomunicações podem transmitir uma quantidade maciças de produtos de voz, vídeo e impressos, através de circuitos digitais de alta velocidade. (DIZARD, 2000).

Esta nova forma de transmitir informação gera mudanças em todos os campos comunicacionais, entre eles nos gêneros jornalísticos que, embora não sejam estáticos, tem suas mudanças aceleradas com as mudanças no acesso e assimilação da informação.

### 3.1 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

De forma geral, os meios de comunicação de massa podem ser divididos em: jornais, revistas, rádio e TV. A forma como os conteúdos jornalísticos são veiculados por estes meios pode variar em função dos objetivos do emissor e da percepção do receptor da mensagem.

Para delimitar de forma mais precisa as classificações existentes no jornalismo devemos traçar alguns parâmetros e é neste sentido que Melo (1986 *apud* ASSIS, 2010, p. 17) delimita as ações mais amplas da área até as unidades menores:

O campo da comunicação é constituído por conjuntos processuais, entre eles a comunicação massiva, organizada em modalidades significativas, inclusive a comunicação periodista (jornal/revista). Esta é estruturada, por sua vez, em categorias funcionais, como é o caso do jornalismo, cuja unidades de mensagens se agrupam em classes, mais conhecidas como gêneros, extensão que se divide em outras, denominadas formatos, os quais, em relação a primeira, são desdobrados em espécies, chamadas tipos.

Mesmo tendo em vista a contribuição de Melo (1986) para o estudo dos gêneros, é importante destacar que a caracterização de cada um dos gêneros não é estática, levando-se em conta diferentes sociedades e a evolução tecnológica tão presente na vida moderna e globalizada dos dias atuais. Medina (2001, p. 45) afirma que:

O que pode ser um gênero hoje amanhã não será mais ou o que pode ser um gênero em um determinado país não o é em outra sociedade. Gêneros aparecem, crescem, mudam e desaparecem conforme o desenvolvimento tecnológico e cultural de cada nação e de cada empresa jornalística.

Historicamente, a classificação dos gêneros teve início na Grécia antiga, quando Platão desenvolveu uma classificação binária dos gêneros. De acordo com ele, teríamos o gênero sério, que trata a epopeia e as tragédias, e teríamos o gênero burlesco, com a presença da comédia e da sátira.

Com o passar dos tempos, o próprio Platão repensou sua teoria e a aprimorou; este novo pensamento envolvia três gêneros distintos, baseados na variação das relações entre literatura e realidade, tendo por base a imitação. Esta

nova teoria determinava que existissem os gêneros miméticos ou dramáticos (englobavam a tragédia e a comédia); gênero expositivo ou narrativo (ditirambo, nono, poesia lírica) e existia ainda o gênero misto (formado pela associação das duas modalidades anteriores).

Assim, teve início uma discussão que vigora até os dias atuais: a mistura dos gêneros. Com a formação da teoria trinária e com a existência do gênero misto, para Platão seria possível que os diferentes gêneros jornalísticos se misturassem. Porém, autores mais contemporâneos como Derrida (1980 *apud* MEDINA, 2001) entendem que os gêneros não poderão se misturar como forma de obediência e fidelidade, mas afirma ainda que essa independência de gêneros é praticamente impossível. Pode-se falar então, de acordo com o mesmo autor, em Lei da Impureza, que trata precisamente dessa contaminação de um gênero por outro. Para ele, o grande problema dos gêneros é trabalhar com os seus limites: até onde um gênero poderá influenciar o outro?

A resposta para esta pergunta pode ser percebida de forma mais clara se nos lembrarmos dos gêneros literários. No gênero drama, por exemplo, sempre teremos vestígios de tragédia e, sendo assim, até onde a tragédia poderá mostrar suas características uma vez que se trata de uma história dramática?

Os gêneros, sejam eles jornalísticos ou literais, trazem sempre uma ou várias características de outros, mas isso não pode influenciar na essência do que se pretende transmitir.

De forma simples, o gênero discursivo, utilizado quando fazemos qualquer tipo de discurso, é aquele que traz uma descrição sobre determinado assunto, escrito ou proferido em público. Medina (2001, p.47) define o gênero como: “uma linguagem em funcionamento numa determinada situação ou um processo de produção de significação, sendo a língua o instrumento dessa produção”. De acordo com ele, o discurso funciona em um processo de interação verbal e enunciado, que é aquilo que de fato molda o discurso a partir de um sujeito falante.

Para que ocorra a manifestação do discurso, temos a existência de um texto, produzido a partir da organização dos mais variados signos em busca de uma significação, que poderá ser transmitida na forma oral ou escrita, dependendo o meio utilizado pelo emissor. Esse texto pode ser desenvolvido em forma de uma poesia, uma pintura ou até mesmo por meio de uma conversa informal.

Dessa forma, o texto permite que um pensamento, acompanhado de sentido e de significado, possa se manifestar das mais diversas formas, dando origem a um discurso relacionado a qualquer assunto.

Os gêneros não podem ser entendidos sem a existência do texto e, sobre isso, Medina (2001) argumenta que sem o texto os gêneros perdem seu sentido. Os gêneros funcionam, portanto, como articulações do discurso que se organizam na forma do texto.

A questão dos gêneros jornalísticos assume um importante papel para a compreensão dos diferentes discursos produzidos pelos meios de comunicação de massa. Por isso, inúmeros estudiosos europeus, latino-americanos e norte-americanos buscam entrar em um acordo quanto à definição do que são os gêneros jornalísticos. Gargurevich (1982, *apud* MEDINA, 2001) acredita que os gêneros jornalísticos são formas de os jornalistas se expressarem, seus traços definidores aparecem no manejo na língua, já que, de acordo com ele, a busca pela informação é o mais importante e não a estética do texto.

Por outro lado, Dovifat (*s/a apud* MEDINA, 2001) afirma que esses gêneros funcionam como forma de expressão jornalística e que assumem expressão própria na busca de prender a atenção de quem está lendo.

Independentemente de qualquer definição sobre gêneros jornalísticos, podemos concluir que eles são a base de qualquer notícia. Ela se inicia a partir de um acontecimento relevante e que terá um sentido a partir da interpretação de cada jornalista. Medina (2001, p.48) afirma que:

Lemos as notícias acreditando que elas são um índice do real; lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real e a ficção. E é a existência de um “acordo de cavalheiros” entre jornalistas e leitores pelo respeito dessa fronteira que se torna possível a leitura das notícias enquanto índice do real.

Dessa forma, se os gêneros jornalísticos dependem dessa relação mútua entre o jornalista e seu público, vale lembrar que a classificação de cada um desses gêneros dependerá diretamente de fatores culturais delimitados de acordo com a região em questão.

Isso significa que, o mesmo texto poderá assumir papel de outro gênero em outra sociedade, além do fato de que os gêneros encontram-se em constante

evolução. Assim sendo, assumir uma definição universal de cada gênero é impossível.

A aparição de um novo gênero na sociedade está diretamente ligada à evolução de outro. Os gêneros vão se transformando e se adaptando à medida que a sociedade evolui.

De acordo com Medina (2001), esses gêneros poderão se classificados levando em conta dois critérios. O primeiro busca agrupar cada gênero levando-se em conta a intenção de cada relato e o segundo baseia-se na natureza estrutural do texto, o que não leva em conta apenas a estrutura das imagens ou texto e sim da articulação entre aquilo que é real, a expressão jornalística e a apreensão da coletividade. Desta forma, podemos dividir os gêneros jornalísticos entre opinativos (editorial, comentário, resenha, crônica); informativos (nota, notícia, reportagem, entrevista) (MELO, 1986 *apud* MEDINA, 2001, p.49).

Esta divisão entre os gêneros serve para que possamos identificar como os fatos jornalísticos estão sendo processados e busca permitir aos leitores que se orientem de acordo com o tipo de informação desejada. Dessa forma, ao transmitir uma informação que seja parcial, os consumidores das notícias devem estar conscientes de que determinado fato relatado nos está sendo passado de acordo com o ponto de vista de determinada empresa, ou ainda que determinado texto reflete o pensamento do jornalista que o redigiu.

Nos jornais, por exemplo, os gêneros jornalísticos funcionam como uma forma de comunicação entre o veículo e seu público, pois através das exigências dos leitores é que os gêneros se modificam. Medina (2001, p.50) aponta que a maioria dos gêneros se divide em quatro grupos:

[...] informativo, com a preocupação de relatar os fatos da forma mais objetiva possível; interpretativa, que além informar, procura interpretar os fatos; opinativa, expressa um ponto de vista a respeito de um fato; entretenimento, que são informações que visam a distração dos leitores.

Para que possamos ter uma visão mais realista dos gêneros jornalísticos, devemos deixar de lado alguns mitos muito utilizados na função. A objetividade jornalística, por exemplo, baseada apenas no que é real, se mostra impossível já

que os jornalistas trazem uma carga de valores que são depositados nos textos de forma involuntária e inconsciente.

Neste mesmo contexto, Medina (2001, p. 48) afirma que o gênero interpretativo, embora tenha a função de aprofundar a notícia, também deve ser deixado de lado, uma vez que, para interpretar determinado assunto, temos que expressar nossa opinião.

Baseado nisto, o mesmo autor propõe uma divisão dos gêneros presentes nos jornais da seguinte forma: *gênero informativo* (nota, notícia, reportagem); *gênero opinativo* (totalmente subjetivo, com a expressa opinião de quem escreveu); *gêneros utilitários ou prestadores de serviços* (roteiros, obituários, campanhas); *gêneros ilustrativos ou visuais* (tabelas, gráficos, fotografia, caricatura); *propaganda* (comercial em si); entretenimento (passatempos, histórias em quadrinhos, horóscopo, cruzadinha).

Neste trabalho vamos nos basear na classificação de gêneros desenvolvida por Melo (1986, *apud* MEDINA 2001, p.51). Nesse sentido, a classificação proposta por Melo coordena 5 gêneros: *gênero informativo* (busca repassar uma informação); *gênero opinativo* (pretende expressar uma opinião a respeito de algum acontecimento); *gênero interpretativo* (visa atribuir um sentido determinado a alguma informação); *gênero diversional* (são conteúdos que visam a distração do público) e o *gênero utilitário* (de forma bem simples é aquele que aborda as informações utilitárias ou prestações de serviço). O detalhamento destes gêneros aparece no próximo tópico.

### 3.1.1 GÊNERO INFORMATIVO

O gênero informativo é considerado a base do jornalismo ocidental. Trata-se de um gênero chamado por Assis (2010) de referencial. De acordo com o autor, o gênero informativo se atem a revelar uma sucessão de fatos exatos que estão relacionados por uma questão de exposição.

Para que isso acontecesse de forma clara, seria necessário ao bom exercício do jornalismo a chamada objetividade, definida por Assis (2010) como a perfeita transmissão entre o que acontece e a forma de transmitir, o que se torna impossível atualmente, já que na própria redação a informação segue uma seleção natural,

para se definir o que deve ou não ser noticiado. Sendo assim, mesmo que a informação jornalística siga os padrões estabelecidos pelo jornalismo, os padrões internos da empresa jornalística pressupõem certa subjetividade.

As questões ideológicas ou mercadológicas também influenciam na questão da objetividade; pois essas características estão diretamente ligadas com os aspectos políticos e históricos que determinam o que virará ou não notícia dentro de cada veículo, além de determinar a linha editorial de cada um deles.

As características de cada texto transmitem as ideologias e valores de cada veículo, sem que necessariamente os leitores perceba. Esses aspectos são o que acabam modificando o conteúdo da notícia e afastam ainda mais a objetividade e a imparcialidade, características utópicas quando pensamos em veículos de comunicação de massa (ASSIS, 2010).

Para transmitir uma mensagem, estamos tratando de uma forma ininterrupta de escolhas e limitações do que será ou não informado por determinada notícia. Sendo assim, a objetividade, embora seja tratada como um mito no campo jornalístico, não deve ser esquecida pelos redatores de qualquer veículo de comunicação; o comprometimento com o acontecido e o tratamento que deve ser dado aos acontecimentos é o que determinará a credibilidade do veículo de comunicação.

### 3.1.2 GÊNERO OPINATIVO

O segundo gênero mais utilizado no campo jornalístico é o gênero opinativo, ou como também é chamado “gênero argumentativo”. A opinião é expressa pelo ser humano de inúmeras formas e seu relacionamento com a imprensa é apresentado desde os primeiros meios.

Os primeiros veículos de comunicação traziam consigo a obra de uma só pessoa; os primeiros jornais e revistas estampavam a opinião apenas de seus donos em seus textos. Todos os acontecimentos que eram evidenciados pelos jornais, por exemplo, expressavam as opiniões e vontades de seu proprietário.

Um exemplo disso ocorreu com o primeiro jornal brasileiro – *O Correio Braziliense*, criado em 1808. Editado em Londres, o jornal estampava apenas o posicionamento de seu proprietário e editor: Hipólito Costa, que é considerado até os dias atuais como o primeiro jornalista brasileiro (ASSIS, 2010).

O gênero opinativo pode ser desdobrado em três segmentos, segundo Atorresi (1976, *apud* Assis, 2010, p. 21), que “se diferenciam de acordo com a intencionalidade da opinião”. A autora afirma que o gênero opinativo poderá expressar uma opinião propriamente dita, um juízo de valor relacionado a determinado conteúdo; pode dizer respeito a uma interpretação e ocorre geralmente quando se estabelece uma relação entre os fatos, sem que para isso o jornalista exponha publicamente a sua opinião. Além disso, o gênero opinativo poderá tratar de um crítico especializado, com a opinião de um perito em determinado assunto.

Sendo assim, o gênero opinativo, está diretamente ligado com expressões subjetivas de cada jornalista, permitindo a eles estabelecer o caminho que preferirem na transmissão de um acontecimento, o que nos traz ao ponto chave do gênero: a questão da credibilidade.

Para oferecer ao leitor algo que vá além de uma simples informação, o jornalista deve se basear em dados reais, objetivos e isentos de manipulações. Neste sentido, o prestígio de quem está expressando determinada opinião é o que permite a persuasão dos textos opinativos.

Embora informação e opinião sejam constantemente encontradas em uma mesma unidade textual, de acordo com Assis (2010, p. 21), “as opiniões só devem ser expressas em espaços adequados dentro de um jornal, cabendo ao repórter e/ou redator evitar interpretar os fatos segundo sua ótica pessoal”.

Expressar opiniões pode ser um risco na hora de passar uma informação, portanto elas devem ser transmitidas com certa cautela, resguardando o cuidado com a verdade e com a imparcialidade jornalística.

### 3.1.3 GÊNERO INTERPRETATIVO

Em busca de “encontrar o sentido de diferentes forças que atuam em num fenômeno” (ASSIS, 2010, p. 22), o gênero interpretativo surge durante o período da Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, não mais como uma variante do gênero opinativo, uma vez que sua principal função não é a valoração de um fato ou de seu sentido.

A interpretação visa complementar determinado fato através de uma pesquisa de sentido do que aconteceu. Enquanto a mera informação busca transmitir apenas o que aconteceu, o gênero interpretativo reconstitui o fato no seu antes e depois.

A delimitação das fronteiras entre a opinião e a informação não é aceita de forma unânime. Melo (*apud* Assis, 2010, p. 23) tratou este gênero como “uma categoria carente de configuração estrutural, cuja expressão narrativa oscila entre o opinativo e o informativo (...) e que ainda não adquiriu fisionomia própria do lugar onde surgiu”.

Além disso, como já tratado anteriormente neste trabalho, Medina (2001) aponta que para classificar os gêneros jornalísticos é necessário que deixe de lado a interpretação, uma vez que, de acordo com ele, quando fazemos a interpretação de determinado fato, já estamos expressando alguma opinião. Dessa forma, é possível perceber que a interpretação é uma vertente da expressão da opinião.

Portando, a questão da existência ou não do gênero interpretativo ainda não foi encerrada, embora de acordo com Assis (2010, p.24) “seja de comum acordo que o gênero se caracterize pelo aprofundamento, pela explicação e pela análise da informação”.

#### 3.1.4 GÊNERO DIVERSIONAL

Tomando por base a classificação quinária adotada por este trabalho, a classificação do gênero diversional é a que esbarra em maior controvérsia. Isto devido à própria terminologia voltada ao divertimento, o que parece não ser muito bem aceita.

Reconhecer um gênero classificado como diversional representa reconhecer que na imprensa existe um público voltado para a produção e para o consumo daquilo que diverte. Em linhas gerais, preencher o tempo do consumidor da notícia com informações que não sejam necessariamente utilitárias é a principal função deste gênero. Dessa forma, o gênero diversional disponibiliza conteúdos que divirtam e distraiam o público, diferentemente com o que ocorre com as informações formais que seguem um mesmo padrão de linguagem e tem como principal função a transmissão de um acontecimento considerado de interesse do público.

Embora muitos autores, como Beltrão (1980, *apud* Assis, 2010), reconheçam a necessidade dos meios de comunicação em divertir seu público, muitos não o reconhecem como um gênero jornalístico. Esse ponto de vista é justificado levando-se em conta que o exercício do jornalismo trata de algo sério, que não deixa espaço para brincadeiras.

Aqueles que sustentam a existência deste gênero, como, por exemplo, Melo (2003, *apud* Melo, 2010), afirmam que esta forma de se fazer jornalismo busca preencher o tempo ocioso das pessoas com algo que as faça deixar de lado um pouco toda seriedade informativa. Neste sentido, Assis (2010, p. 27) salienta que:

O gênero diversional corresponde, em resumo, a conteúdos destinados à distração do leitor, mas que, ao mesmo tempo, em nada deixam a desejar em termos de verossimilhança das informações e de seu conteúdo.

Atualmente, muitos conteúdos já são criados com a intenção de entreter o público. Na TV, por exemplo, já existem programas jornalísticos que são vendidos como humor (CQC, por exemplo), mas são também informativos. Nesse sentido, a informação não deixa de ser transmitida ao público; ela acaba tendo duas funções, mantêm o público informado de uma forma diferente.

Vale salientar que, embora esses programas tenham como função o entretenimento, a qualidade e a credibilidade da informação que está sendo transmitida, não podem ser deixadas de lado.

### 3.1.5 GÊNERO UTILITÁRIO

Dentre todos os gêneros estudados, o gênero utilitário é o mais atual. Ele surge no final do século XX, período em que a sociedade busca seu funcionamento em decisões rápidas e sua efetivação ocorre principalmente em sociedades consumistas.

O jornalismo de serviço, como o gênero também é tratado, é formado por pelo menos três aspectos apontados por Assis (2010): 1) pelas seções especializadas, que buscam cobrir necessidades corriqueiras dos cidadãos; 2) pelas informações de atualidade consideradas de interesse geral e, finalmente, 3) pela incorporação da informação de serviço a textos mais convencionais, o que permite aos meios de comunicação transmitirem informação de interesse público.

De forma simples, o jornalismo utilitário trata de material jornalístico com proposta orientadora ao público, o que pode ser feita em diferentes aspectos. Neste caso, esse serviço de orientação ao público deve ser feito, sem comprometer a qualidade da informação transmitida.

A essência do jornalismo requer uma boa dose de utilidade pública para que consiga transmitir ao seu público conteúdos que vão além da transmissão de conteúdos que possam ser considerados interessantes pelo redator da notícia. Dessa forma, o serviço de utilidade prestado pelo jornalista é necessário, mas deve ser feito de forma cautelosa para que não faça com que a transmissão da informação seja deixada em segundo plano.

Vale salientar que Medina (2001, p. 9) aponta que nessas discussões sobre os gêneros jornalísticos “o que mais importa é que eles sirvam de estilos de organização para os profissionais da mídia, com o dever de informar os seus leitores de uma forma mais neutra possível [...]”.

Independente de qualquer um dos gêneros jornalísticos utilizados, a pergunta sobre o que deve ou não virar notícia é norteadada pelos chamados critérios de noticiabilidade; que funcionam como pilares para os estudos jornalísticos. No entanto, alguns desses critérios são muito comuns, mas são utilizados de maneira diferentes, o que tem dificultado a sistematização de ideias referentes a um estudo uniforme da construção noticiosa.

### 3.2 CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Os critérios de noticiabilidade são aspectos fundamentais da cultura jornalística, pois eles constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos práticos sobre a natureza e os objetivos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração da notícia.

Dessa forma, a previsibilidade do esquema das notícias deriva da existência dos critérios de noticiabilidade, isto é, a existência dos valores-notícia são – ou deveria ser – compartilhada por todos aqueles pertencentes à classe dos jornalistas. Para Traquina (2008, p. 62), a definição de critérios de noticiabilidade pode ser entendida como:

O conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia”.

A criação de uma notícia baseia-se sempre na relação entre o acontecimento e o interesse do veículo que irá publicá-la, buscando sempre encontrar uma forma de conseguir alcançar a maior audiência possível. Partindo destes moldes que motivam a mídia atual, Silva (2005, p.95) conceitua como critérios de noticiabilidade “como todo e qualquer fato potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia”.

Para a autora, esta definição engloba desde as características do fato, o julgamento pessoal de cada jornalista, até a relação com a fonte e com o público ao qual a notícia se destina. O tratamento dos fatos, por sua vez, busca selecioná-los hierarquicamente. No que se refere à veiculação desses acontecimentos, além dos valores notícia de cada fato escolhido, analisa-se fatores de dentro da redação jornalística (qualidade do material que será disponibilizado, formato do produto, prazo para o fechamento) e de fora da organização, como, por exemplo, a relação do repórter com a fonte e com o público. Por outro lado, os fundamentos éticos e filosóficos do jornalismo têm como base compreender o conceito de verdade, interesse do público, objetividade e imparcialidade.

Estes conjuntos, na prática da construção jornalística, não funcionam de forma isolada, uma vez que atuam concomitantemente na busca pela melhor forma de transmitir e, conseqüentemente, entender uma informação. Desse modo, uma compreensão histórica proposta por Traquina (2005) ajuda-nos a compreender que os critérios que determinam o que vai vir a ser notícia não são estáticos.

Durante o ano de 1616, ainda não existiam os jornais diários. Nesta época existiam as chamadas “folhas volantes” que se diferem do jornal diário por serem destinadas a um único tema e não tinham publicações regulares. Durante o ano de 1616 foram publicadas 25 folhas volantes, um terço das folhas que eram publicadas dizia respeito a assassinatos; outra parte era dedicada às notícias das celebridades da época, o que incluía o discurso do rei e o restante foi tomado por abominações, acontecimentos bizarros, catástrofes e milagres.

Nesta época, os acontecimentos locais eram praticamente esquecidos; guerras, trocas comerciais eram dois dos assuntos que mais despertavam a atenção do público. Outro valor-notícia muito evidente na época é o insólito, aquilo que produziria maior espanto, a maior surpresa, a maior maravilha, com certeza se tornaria notícia (SILVA, 2005).

Além disso, os relatos em primeira pessoa de quem cometera um assassinato ou enforcamento de assassinos geravam grande interesse público. Alguns destes relatos eram escritos em versos e acabavam formando cantigas que ganharam o nome de “*hangind tune*” ou “a cantiga do enforcamento” (SILVA, 2005).

Outro momento histórico importante para os critérios de noticiabilidade ocorreu durante o século XVIII. Nesta época as publicações periódicas eram dominadas pelo pólo político, já que eram vista como uma arma política, mas na década de 30, com os chamados “*penny press*”, os jornais passaram por uma importante mudança, introduzindo um novo jornalismo (SILVA, 2005).

Os jornais passaram a dar ênfase aos acontecimentos locais, e iniciou-se a veiculação de notícias sensacionalistas. Dessa forma, os jornais pretendiam atingir um público considerado menos elitista.

As histórias dos crimes mais comentados, escândalos, tragédias, as notícias que os homens “comuns” achavam interessantes passaram a preencher as páginas dos jornais, despertando interesse maior de todas as camadas da sociedade.

Em um terceiro momento, apontado por Traquina (2005) nos anos 70, a notoriedade é o que norteia os valores notícia. Neste período, a grande maioria das notícias, dizia respeito a pessoas conhecidas da sociedade, enquanto que as pessoas que não eram conhecidas só se tornavam notícias quando participavam de algum tipo de manifestação popular, quando eram as principais vítimas de um desastre e, por fim, quando eram desobedientes de alguma forma.

Neste período da história, aquilo que se tornava notícia dizia respeito aos conflitos dentro do governo, decisões e propostas governamentais e as mudanças de pessoas que exerciam funções governamentais. O que fugia daquilo que dizia respeito ao governo, majoritariamente dizia respeito às catástrofes, crimes, escândalos e investigações.

As notícias acompanham o interesse de quem as consome, à medida que a sociedade sempre se interessa pelos mesmos tipos de acontecimentos, as notícias trarão aquilo que as interessa. A importância de pensar em critérios de noticiabilidade, de acordo com Silva (2005, p. 97), surge “diante da constatação prática de que não há espaço nos veículos informativos para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorram no dia-a-dia”.

Dessa forma, devido ao número exacerbado de matéria-prima, necessita-se delimitar qual acontecimento merece ou não ter notoriedade pública. Durante o

processo de escolha de cada notícia, não podemos nos basear apenas nos valores-notícia. Ao escolher um acontecimento, as características do fato em si são tão importantes quanto à seleção deste ou daquele acontecimento.

A seleção da notícia basicamente parte do conceito de “*gatekeeper*”, (seletor de acontecimentos) que, na literatura acadêmica, surge como a primeira teoria jornalística. Segundo Traquina (2005, p. 150), “o termo *gatekeeper* refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões”.

O termo *gates* significa “portões”, e é assim utilizado para designar, dentro de uma série de acontecimentos, se aquilo que virá a ser notícia deve passar por uma série de escolhas, em que o jornalista decide entre esta e aquela notícia. Se o acontecimento for escolhido, a informação passou pelo “portão” e conseqüentemente se transformará em notícia.

Caso ela não seja escolhida, de modo geral, sua progressão é impedida, o que não significa que esta informação não virará notícia, apenas não será publicada por este veículo neste momento.

Este processo de seleção entre um acontecimento e outro é feito de forma subjetiva e arbitrária, uma vez que depende do juízo de valor feito pelo jornalista, baseado em sua experiência e expectativas perante este acontecimento.

Vale salientar que a teoria do *gatekeeper* busca analisar as notícias baseando-se apenas na ótica de quem as produz: o jornalista. Neste contexto, Traquina (2005, p. 151) salienta que: “é uma teoria que privilegia apenas uma abordagem micro-sociológicas, ao nível do indivíduo, ignorando por completo quaisquer fatores macro-sociológicos, ou mesmo, micro-sociológicos como a organização jornalística”.

Desta forma, esta teoria se baseia no conceito de “seleção” e acaba minimizando outras dimensões também importantes no processo de produção da notícia. Ao pensar em fatos que mereçam ou não ser lembrados, Silva (2005) entende que primeiramente deve-se fazer uma seleção primária dos acontecimentos, em que os valores notícia funcionam como critérios para orientação de uma prática repetida sistematizada na história.

Mas isto não basta. De acordo com Traquina (2005), a definição entre o que deve ou não se divulgado passa por uma nova seleção baseada no que deve ou não ser destaque, como manchetes nos telejornais, ou aqueles que merecem destaque na primeira página dos impressos.

Esta seleção é feita dentro da própria redação de cada veículo de comunicação e leva em conta, além destes critérios já apresentados, a linha editorial de determinado veículo, público alvo, custos, entre outros fatores que necessitam da participação dos construtores da notícia (jornalistas em si) e do público que expressa aquilo que de fato lhe interessa, como forma de elevar a audiência do veículo em questão.

Os valores informativos, como também são chamados os valores notícia, agem durante todo o processo de produção da informação jornalística. O problema, no caso, está na forma de utilizar estes critérios. Silva (2005) salienta que geralmente eles são utilizados de duas formas. A primeira ocorre quando estes elementos são utilizados para selecionar entre um material e outro que está disponível na redação; este critério é utilizado na busca por hierarquizar entre um acontecimento e outro. A segunda forma, por seu turno, ocorre quando os valores notícia são utilizados para guiar a apresentação de determinado material; são esses elementos que determinam o que deve ser enfatizado e o que deve ser omitido, que merece destaque ou não, dentro de uma construção jornalística.

Sendo assim, embora cada uma dessas duas formas ocorra em um momento específico na construção de uma notícia, elas estão ligadas a muitos outros valores notícia que, juntos, garantem a qualidade e a precisão de uma informação jornalística.

Neste sentido, escolher entre um fato atual e um acontecimento que tenha algum dado novo é o primeiro princípio do jornalismo. Posteriormente, o jornalista deve atentar-se para uma informação que todos devem saber e uma informação interessante, aquela que despertaria a curiosidade do público. Estes valores mais amplos e aplicáveis a qualquer tempo e em qualquer situação são o que regem aqueles valores “menores”.

Alguns outros valores mais importantes, chamados por Silva (2005) de “macro valores”, também podem ser encontrados na oposição entre o otimismo e a negatividade de determinado fato, entre o interesse da coletividade e o interesse individualizado. Além disso, a mesma autora cita que algumas notícias podem trazer em seu contexto atributos contrários que devem ser balanceados pelo jornalista no desenvolvimento do seu texto.

Dessa forma, podemos afirmar que os próprios valores-notícia determinam a seleção dos acontecimentos e, da mesma forma, a seleção entre vários

acontecimentos é o que determina os valores-notícia. Por essa razão, a definição entre um valor-notícia e outro se torna confusa, já que ela não é universal.

Para que a seleção entre um acontecimento e outro possa ocorrer é fundamental que os valores-notícia sejam seguidos de acordo com os critérios de noticiabilidade, já que ambos possibilitam determinar qual seria a melhor opção na hora de divulgar um acontecimento.

Além disso, outro auxiliador na hora de determinar o que deve ou não ser veiculado é o interesse do público. Tanto os critérios de noticiabilidade quanto os valores-notícia devem estar de acordo com aquilo que de fato despertará o interesse do público.

Por mais que as empresas jornalísticas tenham assumido um papel transnacional em sua estrutura, permanecem, contudo, com as especificidades nacionais ou regionais que coordenam a interpretação de cada mensagem. Poderão existir inúmeros meios de comunicação de massa e isto dependerá diretamente da complexidade e da diversidade de cada sociedade em questão.

### 3.3 O IMEDIATISMO JORNALÍSTICO

Embora os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade façam parte da cultura jornalística, estes poderão ser influenciados pela política editorial da empresa jornalística no processo de seleção dos acontecimentos. Neste sentido, Traquina (2005, p. 25) ressalta que:

A direção da organização jornalística (ou os seus donos) pode influenciar o peso dos valores-notícia com a sua política editorial, às vezes por razões pessoais, dando prioridade a certo assunto ou tema.

Outro ponto que merece ser elencado é que tanto os valores-notícia quanto os critérios de noticiabilidade já estão enterrados na prática jornalística. Neste sentido, o constante contato entre as fontes e o jornalista também pode influenciar na seleção de assuntos e acontecimentos.

Além disso, atualmente, algumas empresas fornecem subsídios informacionais aos meios de comunicação. A disponibilização de releases ou mesmo de informar a empresa jornalística sobre alguma coisa que vai acontecer faz

com que se reduza o tempo e os gastos com uma produção totalmente independente.

Assim como na cultura jornalística existe um gosto especial pela reportagem, existe igualmente um encanto por parte dos membros da comunidade jornalística pelo inesperado. Embora o exercício diário do jornalismo inclua muita rotina, o inesperado é o que permite que o jornalista entre em ação, em um ritmo frenético na busca pelo “furo”.

Em linhas gerais, aquilo que acontece sem ser programado tem um grau enorme de valor-notícia, o consenso entre os membros da comunidade jornalística. Impulsionados pela tecnologia que permite que o jornalista elabore a sua notícia em qualquer lugar a qualquer tempo, as informações podem ser produzidas até mesmo no meio do próprio acontecimento. Traquina (2005, p. 38) salienta que:

As notícias são vistas como um “bem altamente precíval”, valorizando assim a velocidade. O imediatismo age como medida de combate à deterioração do valor da informação. Os membros da comunidade jornalística querem notícias tão “quentes quanto possível, de preferência em primeira mão”.

Para os profissionais da comunicação, a velocidade em se passar uma notícia diz respeito à capacidade performativa de cada um. Neste sentido, Traquina (2005, p. 38) complementa: “o valor do imediatismo traduz, melhor dito, exprime como o fator tempo constitui o eixo central do campo jornalístico”.

Neste sentido, os diferentes veículos de comunicação travam uma luta para sair na frente com uma informação, o que pode gerar, muitas vezes, a falta de cuidado com a elaboração das notícias e tanto os valores-notícia quanto os critérios de noticiabilidade sejam deixados de lado.

Como falar em tantos valores e critérios que devem ser respeitados quando a informação jornalística deve ser passada em segundos para o público?

A resposta para essa pergunta pode ser encontrada no exercício do bom jornalismo, aquele que, embora tenha a necessidade de produzir um trabalho rápido e claro, tem um preocupação histórica com os valores e os critérios que fazem parte de uma cultura jornalística relativamente autônoma. Traquina (2005, p. 40) argumenta que:

A relação entre o fator tempo e o jornalista é tão fundamental que constitui um fator central na definição de competência profissional. Ser profissional implica possuir uma capacidade performativa avaliada pela aptidão de dominar o tempo em vez de ser vítima dele.

Portanto, mesmo que os avanços tecnológicos permitam que o jornalismo seja feito da forma mais simples e rápida, ele deve sempre trazer critérios e valores de notícia que acompanham a profissão desde sempre. São os critérios de noticiabilidade em comunhão com os valores-notícia que permitem o bom exercício do jornalismo como forma de proporcionar ao público o acesso à informação verídica e confiável.

#### 4 INTERESSE PÚBLICO

Além do fato de ser um direito fundamental de qualquer cidadão, fornecer informações que despertem o interesse do público é função primordial do jornalismo. Cohen (1963 *apud* TRAQUINA, 2000, p.17) faz a seguinte afirmativa:

Na maior parte das vezes, não consegue dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos próprios leitores sobre o que pensar. O mundo aparece diferente a pessoas diferentes, dependendo do mapa que lhes é desenhado pelos redatores, editores e diretores do jornal que lêem.

O jornalista permite ao seu leitor o conhecimento público de forma imediata dos mais variados assuntos da sociedade, tornando os profissionais da área de comunicação intermediadores entre o Estado, o governo e a sociedade.

Essa forma de intermediação se dá principalmente pelas mídias: em linhas gerais, são os jornalistas que garantem que o direito à informação seja efetivado. O problema ocorre quando os jornalistas, em busca de aumentar a audiência, confundem aquilo que é de interesse público com o que é de interesse particular.

Para que seja possível situar essa discussão no campo jornalístico em relação ao interesse público e privado, é necessário que esses dois conceitos estejam bem claros.

Em linhas gerais, o interesse particular resume-se ao interesse pessoal; enquanto que a definição de interesse público trava um amplo debate sobre o assunto. De acordo com Silva (2009, p. 63), “‘interesse’ pode ser definido como: conveniência, lucro, proveito, vantagem que alguém encontra em alguma coisa, atrativo e simpatia”. E, por outro lado, o mesmo autor aponta que público trata de algo comum, que serve para todos.

Dessa forma, embora estes termos tenham seus significados bem definidos separadamente, em conjunto, dificilmente sua definição parte para um conceito abrangente. Silva (2009, p. 68), ao tratar da informação jornalística como interesse público, define que:

[...]em termos de interesse público, talvez, o pressuposto básico seja o seguinte: onde há dinheiro público, há interesse público, [...] nem só de dinheiro, porém vive a vida pública, mas, sobretudo da publicidade em torno das ações que afetam a vida pública.

Quanto maiores forem os atributos de relevância social da informação, maior será a dimensão do interesse público atendido. Dessa forma, o interesse pode ser considerado como um atributo fundamental para o exercício do jornalismo. Silva (2009 p. 71) ressalta que: “[...] só é notícia o relato que projeta interesses, desperta interesses ou responde a interesses”.

Sendo assim, dentro de uma redação jornalística, temas, fatos e declarações que todos os dias despertam o público poderão prejudicar ou beneficiar o meio que repassa a notícia, de acordo com o interesse que está sendo violado.

Uma das grandes discussões a respeito do tema ocorre a partir do dilema entre o direito à privacidade e o direito à informação. Sobre o assunto, Chaparro (1994 *apud* Silva 2009, p. 71) afirma que: “o inviolável direito de cada um a sua privacidade apenas cede perante o interesse público”.

Porém, de acordo com o autor, o interesse público não pode se confundir com tudo que eventualmente interessa ao público. O despertar da curiosidade do público não pode ser confundido com o que, eventualmente, deve ser levado à opinião pública.

Porém, a necessidade de um jornalismo confiável e fiel aos acontecimentos exige que as razões para a publicação de determinado fato veiculado estejam vinculadas, não a alguns interesses particulares que possam estar em jogo, mas aos interesses da sociedade como um todo.

Vale salientar que o interesse público não está em oposição aos interesses de particulares. Além disso, pensar que o interesse público trata do maior número de interesses particulares atendidos também se mostra equivocado. Embora estas definições tratem da abordagem do assunto, uma vez que supõe que quanto maior o atendimento dos interesses particulares, melhor será o nível de realização do interesse público, não devemos acolhê-la como satisfatória. Chaparro (1994 *apud* Silva 2009, p. 71) aponta que:

Talvez a exigência mais difícil e complicada do jornalismo seja a de adequar as razões da notícia às razões do interesse público, e vice-versa. Até porque as relevâncias da atualidade estão, frequentemente, nas contradições e confrontos entre os valores estabelecidos.

Neste sentido, a liberdade de imprensa deve ser vista não como um fim em si mesma, mas como um meio de garantir a qualidade e o compromisso com a verdade da informação que está sendo passada. Dessa forma, a liberdade da imprensa, como qualquer outra, deve ter limites, princípios e objetivos.

Para que se fale em liberdade de imprensa, deve-se pensar em que momento os interesses e opiniões dos porta-vozes da imprensa coincidem com os interesses e aspirações das grandes massas. A resposta para essa situação parece indicar um estreitamento dos limites da liberdade da imprensa, que poderia ser feito através da melhor formação dos jornalistas, a fim de despertar a conscientização dos profissionais de sua função na sociedade. O problema é que muitas vezes esses limites são impostos através de censura.

De acordo com Amaral (1997), a censura sempre esteve presente no exercício do jornalismo, desde a criação da imprensa. No mundo, o tipo de noticiário que era enviado pelas agências internacionais fez com que muitos países fechassem as portas para os correspondentes e estabelecem restrições ao comportamento da imprensa. Em se tratando do assunto, Amaral (1997, p. 21) explica:

Severas restrições ao trabalho da imprensa estrangeira marcaram o período que se seguiu à conquista da independência de Angola, Moçambique, Guiné e São Thomé e Príncipe. Mas é engano pensar que somente os novos Estados africanos e asiáticos adotam tais medidas.

Esses casos de censura, na maioria das vezes, são agravados, devido ao fato da maioria dos meios de comunicação se encontrarem nas mãos de pessoas que exercem cargos públicos no próprio Estado. A maioria dos donos dos meios de comunicação no Brasil, por exemplo, é constituída por pessoas públicas que exercem o domínio político em seus veículos de comunicação, de forma direta ou indireta.

Vale salientar que um dos requisitos do direito à informação é a possibilidade de que os fatos noticiados estejam de acordo com o interesse público. Aquilo que é evidenciado pelos meios de comunicação, em tese, deve estar de acordo com os interesses da sociedade como um todo, e não apenas com as ambições dos seus donos.

Isto pode ser entendido por meio das notícias que possibilitam aos cidadãos um exercício de suas obrigações para com a sociedade e permitam uma reflexão crítica em relação aos fatos. De forma geral, a informação de interesse público deve buscar enriquecer o público de forma mental e espiritual, além de que deve tratar de uma forma ampla de todos os interesses da sociedade (SILVA, 2009).

Além disso, de acordo com Chaparro (1994 *apud* Silva 2009), essa relação deve ser bilateral, em que o interesse público também sirva de parâmetro para a prática jornalística, sendo o interesse o formador dos critérios de noticiabilidade dentro de uma redação.

Se pensarmos a função social do jornalista e dos profissionais de comunicação é decisiva para o desenvolvimento dos cidadãos e para a evolução da sociedade, a tarefa de coletar fatos, escolher entre eles e divulgá-los se distingue por ter como principal objeto servir aquilo que é de interesse público.

Sendo assim, o interesse público pode ser definido como tudo o que permite ao cidadão integrar e participar ativamente da vida em sociedade, além de compor o que parece significativo, importante, ou mesmo necessário ao cidadão.

De acordo com Amaral (1997), a imprensa, de uma maneira geral, exerce quatro funções principais, são elas: função política, econômica, educativa e de entretenimento. Segundo o autor, a função política trata dos meios de informação em sua ação crescente como instrumento de direção dos negócios públicos, além de funcionarem como medidores da opinião e expressão do público – ação comum em países de regimes fortes e em nações democráticas. Em relação à função econômica, Amaral (1997, p. 23) afirma:

Há muito que os meios de informação se tornaram instrumentos do desenvolvimento econômico e social, difundindo conhecimentos e notícias neste domínio, aceitando a publicidade para o desenvolvimento da indústria e do comércio.

Além disso, a imprensa busca cada vez mais melhorar as relações sociais entre povos, como forma de aproximar uma cultura a outra, através de informações que trazem à tona assuntos novos à sociedade.

Outra função da imprensa ocorre na esfera educativa, que é cumprida de diversas maneiras. A publicação de notícias internacionais, por exemplo, permite ao público ter acesso a informações geograficamente muito distantes, e em poucos segundos. Outro exemplo da função educacional da mídia também pode ser percebido pelas páginas e matérias especializadas em determinados assuntos, os comentários sobre diferentes acontecimentos e ainda pelas divisões editoriais de cada veículo de comunicação.

A informação trata de um aspecto essencial da educação, um conhecimento amplo e diversificado sobre os mais diferentes assuntos e colabora com a boa formação de cidadãos. Dessa forma, no domínio da educação e da formação, os jornalistas, proprietários e diretores de empresas têm uma grande responsabilidade diante do público, embora poucos tenham consciência disto (AMARAL, 1997).

Entretanto, não podemos deixar de lado os interesses dos proprietários dos veículos de comunicação, pois estamos tratando de uma empresa com fins lucrativos.

Neste sentido, a estrutura comercial da imprensa deve ser justificada, uma vez que seu dever primordial é lutar por sua própria sobrevivência. Portanto, a função educativa só poderá ser cumprida desde que seja feito um equilíbrio entre o balanço comercial e sua função na sociedade.

A função de entretenimento da imprensa diz respeito ao lazer do público. Grande parte das pessoas considera como prazer a leitura de um jornal, ouvir a um programa de rádio e assistir à televisão, além de que geralmente essas atividades são feitas durante os intervalos de repouso, de espera, antes de dormir, sempre que tenha um tempo livre.

A distração que a imprensa proporciona faz com que o público relaxe das tensões do dia a dia e, dependendo do conteúdo das notícias, ela funciona ainda como uma forma de lazer para quem está cansado de toda a rotina diária. Assim, Amaral (1997, p.24) ressalta:

A imprensa, também, a liberação de nossas próprias tendências, permitindo projetar nossa culpabilidade sobre os outros. Legítima nossos impulsos agressivos. Denunciando os escândalos, designando os culpados, dá satisfação pelo menos imaginativa e verbal à nossa violência, as nossas reivindicações, à nossa necessidade de protestar.

A existência de veículos de comunicação social dentro de um sistema de livre empresa dependerá da ligação do meio com o público, aquilo que ele considerar de seu interesse é o que será veiculado pela mídia de uma forma geral.

Há que pensar que a imprensa não é a única responsável pela qualidade dos produtos que ela desenvolve, já que as leis do mercado para que a empresa comunicacional sobreviva dependem diretamente da quantidade de produtos que ela consegue vender. Sendo assim, o público deve sempre ser respeitado em seus gostos e preferências, caso contrário não haverá comprador para o produto que o meio de comunicação oferece.

Em linhas gerais, todas as empresas jornalísticas são comerciais, mas dentro de uma escala que envolve tons de mentiras. Os donos das empresas comunicacionais tentam mascarar a realidade e atribuir elevadas finalidades aos órgãos que dirigem, dizem destiná-los sobretudo ao esclarecimento da opinião pública e ao bem-estar social. Poucos têm a coragem de dizer a realidade, como *Lord Thompson of Fleet* (1969 *apud* Amaral, 1997 p.24) que afirmou: “Jornal pra mim é negócio. Sua finalidade é dar lucro”.

Para melhor compreensão desta dicotomia devemos nos atentar ao fato de que embora a imprensa preste um serviço de interesse social que deve ser feito de forma séria e verídica, ela precisa se manter de alguma forma. Sendo assim, se um veículo de comunicação não obtiver lucro é impossível que ele esteja apto a informar a sociedade.

#### 4.1 INTERESSE PÚBLICO?

Um dos principais temas que vem indicando a complexidade do problema ético da atividade jornalística é, sem dúvida, a relação entre o direito à privacidade e a liberdade da informação jornalística em conexão com o interesse público.

A definição de onde termina a vida privada e começa o interesse público, ou ainda a definição de que o interesse público deve estar subordinado à vida privada, é bastante genérica, confusa e subjetiva.

Além disso, a ética no exercício jornalístico é o que auxilia na transmissão de determinados assuntos, uma vez que liberdade de imprensa surge como algo para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão pública e civil, não como prerrogativa de bons negócios. Bucci (2000, p. 12) afirma:

A ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como vigilantes os cidadãos públicos.

A ética do jornalismo não trata originariamente de premissas institucionais. Em vez disso, ela se preocupa mais com o campo abrangido pelas decisões de cada veículo individualmente e pelas decisões de cada jornalista.

Essa forma de fazer valer a ética sob uma ótica própria baseia-se no fato de que, no exercício da profissão do jornalista, os profissionais enfrentam dilemas para decidir entre o que será publicado.

Os impasses travados durante o cotidiano jornalístico apresentam, na maioria das vezes, bifurcações entre diferentes valores que são igualmente importantes: o valor entre a verdade dos fatos e a responsabilidade em publicá-lo, por exemplo. Ou ainda, frequentemente, os órgãos da imprensa devem optar pelo resguardo à privacidade de alguém que seria tema de uma reportagem e o direito do cidadão de ser bem informado. É ainda mais complicado defender a privacidade de alguém que é tratada como pessoa pública, como o presidente da República, por exemplo, se a dimensão de sua privacidade se dá em momentos em que ele exerce a *Presidência*

da *República* tomando atitudes com persuasão na esfera pública, com consequências ativas na sociedade.

Ao mesmo tempo, aquele que está em um cargo público não representa somente a sua individualidade, mas suas ações terão desdobramentos políticos e sociais com possíveis consequências na individualidade de outras pessoas. E, neste sentido, as ações comportamentais de alguém que exerce um cargo público não poderão justificar críticas de cunho profissional. Neste caso, de acordo com Karam (1997, p. 72), “[...] a invasão de privacidade desqualifica a informação em sua dimensão de interesse público”.

Entre a ponderação de um direito e outro, o interesse público visa garantir o direito à informação de qualquer cidadão comum; em contrapartida, o direito à privacidade garante que uma informação não seja passada adiante. Por outro lado, Bucci (2000, p 13) salienta:

É justo devassar a intimidade de alguém? Não, todo mundo sabe. Mas, [...] não é com tanta simplicidade que as dúvidas costumam aparecer. Pergunta-se outra vez: é justo investigar a intimidade de alguém que esteja exercendo uma função pública e guarda, em sua intimidade, práticas suspeitas que envolvam o Estado? O dilema ético do jornalista, por excelência, é desse tipo.

Assim, não se trata de um mero conflito entre o que estaria certo ou errado; na maioria das vezes a decisão do jornalista é norteada por fatos que envolvam discussões entre aquilo que o público deve saber e aquilo que ele quer saber.

Caso a ética jornalística tratasse apenas com questões de cunho certo ou errado, uma legislação que fosse específica e democrática à classe resolveria o problema, uma vez que discutir entre o que é certo e errado quase sempre nos remete àquilo que seria lícito ou ilícito.

Tais comportamentos midiáticos, no entanto, não surgem do nada. A forma de um veículo de comunicação tratar a vida privada das pessoas, com aspectos de dor e tragédia, tem a ver com a vida de quem é atraído por tais características da informação. Karam (1997, p. 72) pontua:

Afinidade de conflitos e problemas, curiosidade social ou morbidez se mesclam no interesse comum que mantém, cotidianamente, um jornal com este perfil nas bancas. E tal projeto editorial não pode, a nosso ver, simplesmente se rejeitado como socialmente “maligno”.

De forma geral, aqueles que se identificam com esses tipos de perfis editoriais ainda não resolveram seus próprios problemas nele retratados. Assim, a linha editorial deveria vir acompanhada da condenação desse tipo de sociedade que gera indivíduos com uma única opção de viver ao redor dos problemas expressos por tal meio de comunicação (KARAM 1997).

Caso a sociedade não queira ficar remoendo críticas acerca da mera valoração do “bem e mal”, é necessário buscar reconhecer o papel tanto dos meios de comunicação quanto da própria sociedade.

Neste caso, a ética consequente dessa fase de conscientização pública teria consequências imediatas naquilo que está sendo noticiado pela mídia. Na hora de delimitar entre os critérios, a responsabilidade de quem os escolhe e julga, se dará a partir de um ponto de vista crítico, como o próprio leitor da notícia. Para que essa conscientização ocorra, é necessário discutirmos o compromisso que deve ser travado pela imprensa para o bom funcionamento do jornalismo.

É fato que o jornalismo deve sempre perseguir a verdade dos fatos para melhor informar seu público, que o jornalismo deve cumprir a sua missão social antes de ser visto como uma mera empresa, que o equilíbrio e a objetividade sempre devem alicerçar a boa reportagem. Por outro lado, do ponto de vista ideal, as empresas esforçam-se para encontrar funcionários que não prejudiquem o bom funcionamento da redação, profissionais íntegros, corretos e que buscam apenas exercer sua função de informar a população. Neste sentido, as empresas comunicacionais estão corretas, o caráter de seus funcionários se refletirá diretamente na qualidade dos produtos jornalísticos que serão colocados a venda.

Mas, vale salientar que elas precisam desenvolver essa mesma dedicação com o público e, infelizmente, nem sempre age assim. Por isso, a discussão ética no campo jornalístico que não trate do interior das redações terminará apenas em conselhos de boas condutas aos profissionais da mídia (BUCCI, 2000).

Essa falta de discussão aberta no campo da ética ajuda a esconder que os maiores problemas da imprensa brasileira são constituídos no interior das empresas de comunicação, por força de interesses que ultrapassam o domínio da redação e não dizem respeito em nada com os interesses do público (BUCCI, 2000). Os meios de comunicação escondem uma ausência de parâmetros éticos que orientam as empresas.

A discussão da imprensa no campo ético só faz sentido se colocarmos em questão as relações individuais de convivência entre as pessoas, e de toda a sociedade no que diz respeito ao trato com a informação de interesse público e com a notícia. Bucci (2000, p. 32) elucida que “essa discussão só tem um interessado: o cidadão. Ninguém mais. É para ele que a imprensa deve existir – e só para ele. Às vezes, parece que todos nós esquecemos disso”.

A imprensa existe para garantir que os cidadãos tenham acesso à informação, que é garantido em todo o mundo democrático, sobretudo na Constituição Federal de 1988 que, no Artigo 5, XIV, garante que todos têm o direito a “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Sem que este direito seja atendido, a democracia não funciona, uma vez que a opinião pública está vinculada a debates e, dependendo do que é noticiado, o público pode ficar viciado; daí a necessidade dos jornalistas terem consciência do seu papel perante toda a sociedade e do direito fundamental a que a imprensa diz respeito.

Por este motivo, Karam (1997) afirma que a relação entre privacidade, interesse público e liberdade de informação deve estar ancorada nos valores sociais que envolvam tanto o universo jornalístico quanto o público, deve também estar envolvido na esfera social e no universo das fontes.

Esta problemática é crescente e se torna cada vez mais complexa à medida que a tecnologia permite o acesso mais rápido a um campo maior de acontecimentos e à privacidade dos indivíduos.

Contudo, esta preocupação surge, formalmente, a partir do ano 1980 nos Estados Unidos. A discussão entre jornalistas, empresários, governo e público é fundamental para o entendimento da importância da atividade jornalística, desde seu funcionamento até do próprio conteúdo do que deve ou não virar notícia, seja para que eles possam compreendê-los ou para que possam negá-las com base em pressupostos diferentes.

Desta forma, com referência ao jornalismo, os profissionais não podem se livrar da noção de processo, contradição e dialética. Neste sentido, Karam (2007, p. 74) pontua:

O compromisso radical do jornalismo com a pluralidade social em que se desdobra a humanidade implica o reconhecimento de que o exercício ético não é, contraditoriamente, absoluto. É um conjunto imerso no conjunto dos demais movimentos sociais [...]

Levando em consideração que os meios de comunicação e o jornalismo atuam em uma dimensão pública, é essencial que estes profissionais tenham em mente tanto a moral social em que seu público está inserido quanto a sua noção de moral, de acordo com a atividade desempenhada.

Uma vez que o profissional da comunicação acredita ser capaz de reconstruir simbolicamente o mundo em sua imediaticidade, é necessário que tanto os jornalistas quanto os proprietários dos meios de comunicação e até mesmo os controladores desses, tenham alguma conexão moral de compreensão da atividade informativa.

Isto não quer dizer que o jornalismo tenha a responsabilidade de tratar apenas das “coisas belas da vida” (KARAM,1997). Jornalismo requer tratar de tragédias que o cotidiano carrega, aquilo que de fato traga alguma identificação com o público que o acompanha. O jornalismo não pode basear-se apenas em ser porta-voz da sonegação de determinadas informações, tendo em vista morais particulares.

É para lidar com a diversidade, alegria, tristeza, dor e prazer que o jornalismo conta com a diversidade de fontes, opiniões, antagonismos morais, relatos diferenciados sobre os mesmos acontecimentos e de várias versões sobre determinados fatos.

Assim, não é possível tratar de um acontecimento tendo em vista a veracidade dos fatos apenas com uma única versão moral sobre determinado assunto, vez que os conteúdos noticiados pela mídia devem trabalhar com o máximo de versões possíveis, a fim de tentar atingir a veracidade dos fatos.

A moralidade das pessoas não é una, as opiniões são contrárias e os juízos de valores são diferentes, e o mesmo acontece com os jornalistas. Cada um deles apresenta determinado assunto de forma diferente, traz seus próprios valores à tona ao redigir uma matéria. Enfim, cada um publica ou corta declarações, de acordo com sua concepção de como deve ser o mundo.

Juntamente com pesquisas, existem projetos de leis transformados em normas jurídicas, que buscam defender temas como liberdade de expressão,

respeito à intimidade, honra e privacidade, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988.

De forma geral, as Constituições Nacionais buscam resguardar princípios inerentes à qualquer cidadão e que protegem a vida privada de cada um. Da mesma forma, baseados nestes princípios, o Poder Judiciário de vários países já condenou a invasão de privacidade pela investigação e revelação jornalística (KARAM, 1997).

Estes aspectos são mencionados por outras normas jurídicas extravagantes, como, por exemplo, o Código de Ética da Associação Nacional de Jornais, que no Artigo 9 traz a seguinte estrutura:

Os jornais afiliados à Associação Nacional dos Jornais (ANJ), comprometem-se a cumprir os seguintes preceitos:[...]  
02. Sustentar a liberdade de expressão, o funcionamento sem restrições da imprensa e o livre exercício da profissão.  
03. Apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses.

Além disso, Karam (1997, p. 77) cita que no Código de Ética Latino-Americano de Ética Jornalística (CLAEJ) no Artigo 2º, enumera: “São também deveres dos jornalistas: [...] Impulsionar, consolidar e defender a liberdade de expressão e o direito que têm os povos de informar e serem informados”.

O problema que ocorre em coberturas jornalísticas que exigem investigações é que há posições diferentes em relação ao limite entre espaço público e privado. O direito à intimidade não pode ser tratado como absoluto, uma vez que tratar da doença de um mendigo não é o mesmo que compreender a doença de um ícone da música, por exemplo.

Neste sentido, quando o tipo de informação veiculada for para favorecer a imagem de uma pessoa pública e render benefícios, inclusive financeiros, não há problema nenhum em explorar sua intimidade. O espaço íntimo e privado do indivíduo deve ser preservado, mesmo que ele tenha uma dimensão pública.

Uma das consequências desse comportamento por parte da imprensa é a complexidade em se determinar o que de fato trata de intimidade e vida privada. E a complexidade do tema tende a se acentuar ainda mais se não nos detivermos a uma discussão e análise permanentes sobre o que de fato pertence à vida privada, uma vez que as novas tecnologias e seus desdobramentos permitem um acesso cada

vez mais rápido e fácil à vida privada. Levando em conta esta preocupação, Karam (1997, p. 88) pontua:

A cada momento em que se investiga um acontecimento, que divulga uma declaração, que se edita um fato, está presente a decisão humana com base em critérios jornalísticos, que deve levar em conta a responsabilidade social, exatidão e pluralidade de fontes, versões e opiniões.

Tendo em vista esses aspectos, o jornalista tem como tarefa encontrar fundamentos para despertar em seu público uma reflexão calma e sem precipitações, o que em linhas gerais dependerá muito do público a quem essa informação se destina. A pluralidade dos meios e das fontes é essencial para consolidar um debate público e aproximar o máximo possível da realidade dos fatos. As novas tecnologias possibilitam aproximar estes debates, tornando possível discutir o presente e projetar o futuro.

Para que isso ocorra, é necessária uma constante discussão sobre os limites do interesse público e da privacidade humana, sem que isso signifique, ao mesmo tempo, censura.

#### 4.2 JUSTIÇA E IMPRENSA

Atualmente, a integração entre fala, texto, vídeo e áudio e com constantes desenvolvimentos eletrônicos confirma o advento da era das comunicações, o que acaba acelerando as relações sociais e jurídicas, atualmente quase que instantâneas.

Neste sentido, os profissionais da comunicação têm falado muito na questão do tempo em suas produções jornalísticas. A rapidez com que os jornalistas devem apurar uma notícia e publicar essa informação pode ser comparada com a pressão que um juiz de direito tem ao buscar a melhor solução para um caso?

Em linhas gerais, não. Tratamos aqui de assuntos completamente distintos, o tempo de um é completamente diferente do tempo do outro, o que acaba gerando

muita desinformação a respeito do tema e uma grande zona de atrito entre as duas áreas.

Por isso, existe uma constante revolta por parte dos jornalistas que alegam existir uma “censura prévia” por parte do Poder Judiciário, no sentido de que eles sempre buscam influenciar na produção dos jornalistas (SALOMÃO, 2010). Por outro lado, os magistrados justificam a sua posição de proibir a circulação de determinada informação baseados na Constituição Federal de 1998, que trata de assuntos como o direito à imagem, honra e privacidade. Salomão (2010, p. 3) pontua que:

Para muitos juízes, não há censura quando se preserva princípios assegurados no texto constitucional e ainda mais quando a decisão pode ser impugnada com recursos típicos do processo, situação muito diferente do censor do tempo da ditadura, que percorria as redações e, ao seu sabor e conveniência, ditava o que podia ou não ser publicado.

O argumento utilizado pelos jornalistas para contra-atacar a justificativa dos direitos fundamentais protegidos pela nossa Carta Magna é que o direito à informação deve sempre prevalecer, vale dizer o “direito de prestar informação, deve sempre preponderar, mesmo que contraposto a outros direitos também de fundamental importância”.

Outro ponto controvertido na relação entre direito e jornalismo diz respeito ao pagamento de dano moral em caso de abuso dos meios de comunicação. Os jornalistas buscam defender que foi criada uma indústria de produzir indenização, enquanto que, por outro lado, os juízes afirmam que essa indústria só pode ser criada a partir do momento que os jornalistas ultrapassam a sua função de informantes do público.

O que quer dizer que, quando ocorre abuso por parte dos jornalistas, ocorrendo abuso ou ofensa à honra individual ou coletiva ao se divulgar uma informação, surge a responsabilidade de indenizar por parte de quem cometeu este abuso. Salomão (2010, p. 4) complementa que:

Há reclamação quanto ao corporativismo dos magistrados no julgamento das demandas indenizatórias e, reciprocamente, lamentos em torno de matérias tendenciosas contra o Judiciário, partindo dos órgãos de imprensa.

Vale ressaltar a extrema capacidade dos meios de comunicação para despertar qualquer tipo de sentimento em seu público. A capacidade de persuasão e de monitoramento do pensamento é facilmente exercida pelos meios de comunicação, sendo capazes de guiar o público para o pensamento, sentimentos e atitudes.

Para esses casos de conflito entre Poder Judiciário e mídia, popularmente tratada como quarto poder, a resolução que parece mais consciente é uma ponderação entre os valores, o que não é muito simples de se analisar e que depende diretamente do caso concreto.

Neste sentido, Salomão (2010) aponta que, existindo um vestígio de conflitos entre direitos fundamentais, o juiz fica responsável em avaliar e balancear entre um e outro. Para que ele possa estabelecer quais valores devem preponderar, no caso, deve-se levar em consideração a relevância da notícia e informação, o direito à privacidade ou intimidade da pessoa em questão.

Às ideias do campo jurídico e comunicacional, uma vez “sobrevindo o autoritarismo, as primeiras providências são as amarras dos juízes e a mordaza na imprensa” (SALOMÃO, 2010, p. 8). Como formadores de opiniões, os dois campos sempre são os mais afetados quando entramos em um tipo de política autoritária, impondo limites para esses poderes da sociedade.

Assim, não poderemos tratar de avanços no campo da cidadania e democracia se não houver um Poder Judiciário forte e independente, assim como uma imprensa livre e sem qualquer tipo de censura.

### 4.3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO JORNALISTA

Conforme já apresentado anteriormente por esse trabalho, é nítido que a liberdade de expressão dos jornalistas não poderá ser absoluta; em linhas gerais, ela sempre deve caminhar em conformidade com os limites do exercício do bom jornalismo e da individualidade de cada um.

Tratando do assunto, Salomão (2010) exemplifica a situação com o caso Watergate, que ocorreu durante a década de 70. Trata-se de um episódio relativo às escutas ilegais e à violação da sede do Partido Democrata que supostamente foram feitos por membros integrantes da Casa Branca nos Estados Unidos.

No caso, a atuação dos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein<sup>2</sup> resultou na saída do então presidente Richard Nixon. Para isso, antes da divulgação de qualquer fato comprometedor, eles se preocuparam em investigar e colher provas para depois levar os acontecimentos à opinião pública.

De acordo com o autor, podemos destacar duas características do acontecimento: a liberdade plena dos jornalistas que desenvolveram a investigação, com responsabilidade e ética, visando primordialmente à colheita de provas e não permitindo que nenhuma informação fosse divulgada antes da confirmação com outras fontes e, além disso, a posição transparente do jornal e de seus proprietários, que não dificultaram o exercício da função.

Nos dias atuais, a questão da veracidade da informação tem sido muito discutida, a verdade deve ser objetiva, fiel aos fatos alegados, ou poderá ser nos transmitida a verdade subjetiva, aquilo que por parte do jornalista ou do órgão de imprensa, acredita ser real?

Do ponto de vista jurídico, a verdade deve ser objetiva, daí a importância na obtenção de fontes confiáveis e absoluta responsabilidade ao apurar uma notícia (SALOMÃO, 2010)

Do ponto de vista do autor, devem-se encontrar padrões que podem ser aplicados a qualquer tipo de caso, como um critério geral para balancear os interesses em conflito, o que permitiria a ponderação de valores entre o que deve ser noticiado, ensejando o direito da sociedade de estar bem informada e o resguardo do direito à intimidade e ao sigilo.

---

<sup>2</sup> Durante a década de 70, Bob Woodward e Carl Bernstein trabalhavam no Jornal The Washington Post.

Assim como a informação jornalística deve ser verdadeira, o interesse público na divulgação dos fatos deve sempre preponderar e caberá ao jornalista utilizar de total razoabilidade na hora de divulgar os fatos.

Outro ponto que merece ser destacado diz respeito ao direito de imagem. Salomão (2010, p. 13) explica que “constitui a imagem sinal visível de um outro direito geral e constitucional, que é o da personalidade”.

Em linhas gerais, a imagem transmite ao mundo exterior o “ser imaterial da personalidade”, tanto o corpo, como o perfil e a fisionomia são exemplos do que é protegido pelo direito.

E, dessa forma, o uso sem autorização de qualquer um desses elementos corporais poderão gerar dano moral e material e a jurisprudência brasileira está repleta de decisões a este respeito.

A maioria dessas ações está fundada no uso da imagem de uma “pessoa pública”. Questiona-se, portanto, qual o limite entre a notícia informativa e a violação da intimidade da pessoa pública? Sobre o tema, Stoco (2004, p. 1765) explica:

A divulgação de fatos verdadeiros como mera representação e projeção do ocorrido no mundo físico e no plano material, através dos meios atualmente à disposição – tais como jornal, revista, televisão, rádio e internet – como simples repasse de informações obtidas e transmitidas de forma lícita, fiel e assinada, não comporta descaracterização, nem traduz em abuso ou excesso. Em verdade, significa o exercício de um direito assegurado.

De acordo com o autor, a mera divulgação de um fato que em tese seria noticioso, não faz com que o jornalista esteja cometendo nenhum tipo de abuso, desde que sejam fiéis aos reais acontecimentos.

Da mesma forma acontece com as pessoas públicas, desde que não ocorram abusos por parte dos jornalistas em invadir a privacidade e a vida íntima da pessoa pública. Teoricamente, não há problema algum, uma vez que de acordo com Stoco (2004, p.1765), o tratamento de fatos entre uma pessoa pública e um cidadão comum não pode ser o mesmo; a exposição de alguém público é normal:

Segundo nos parece, o grau de resguardo e de tutela das pessoas famosas e notórias não pode ser o mesmo do homem comum, até porque a fama e o prestígio costuma ser a meta optata de certas pessoas e celebridades e, assim, o meio e modo pelo qual obterão esse desiderato.

De acordo com o que apontado pelo autor, percebe-se que a proteção que deve ser dirigida aos direitos de uma pessoa considerada pública e aqueles que são comuns não devem ser a mesma. De forma geral, pessoas públicas buscaram isso, elas são capazes de despertar a curiosidade de inúmeras pessoas, o que justificaria uma maior exposição de suas atitudes.

De forma geral, enquanto estas notícias buscam enaltecer a “pessoa pública”, elas podem ser vistas como benéficas, uma vez que funcionam como um importante aliado para a consolidação da opinião pública. Mas, por outro lado, sem que sejam tomados prévios cuidados, a veiculação de notícias sem a devida apuração dos fatos e sem que existam provas para tal afirmação, a mídia pode acabar com a carreira e com a vida de uma pessoa, já que os danos causados não poderão jamais ser revistos.

Quando a mídia não toma as cautelas necessárias para o exercício do jornalismo, acaba condenando uma pessoa sem que para isso seja necessário se quer processo e, nestes casos, a vida dessa pessoa pode ser inteiramente comprometida.

O Brasil, por conta de seu próprio histórico de luta por liberdade de expressão, é um país marcado pelos abusos da imprensa; casos em que a pressão da imprensa é citada como elemento de julgamento<sup>3</sup>. Neste caso, este trabalho apresenta a análise de dois casos que retratam os abusos da imprensa: o primeiro deles, classicamente conhecido como “O caso João Hélio”, o segundo, embora amplamente conhecido, mais recente denominado “O caso Isabella Nardoni”.

---

<sup>3</sup> Para exemplificar esse caso, conforme entrevista à revista Veja, no dia 12 de outubro de 2011, o advogado do caso Isabella Nardoni, Roberto Podval, afirma que seria impossível que o resultado do júri sobre o caso fosse diferente, uma vez que a mídia foi a principal responsável pela criação e ostentação da opinião pública na época. De acordo com ele, seu recurso de apelação, que será proposto no Supremo Tribunal Federal, terá a inédita justificativa de que o caso deve ser revisto já que a opinião pública já estava formada, sendo impossível a imparcialidade no julgamento do caso.

## 5 Análise de caso

Durante esta fase do trabalho, busca-se estudar duas matérias veiculadas na televisão, a respeito de dois diferentes crimes envolvendo crianças. Para esta análise, utilizamos os seguintes critérios:

- **Veiculação:** esta categoria faz referência à emissora que veiculou a notícia. Estamos tratando de qual emissora, e de que forma esta notícia está sendo noticiada;
- **Duração:** esta categoria faz referência ao tempo de duração de cada uma delas;
- **Fontes:** esta categoria diz respeito às fontes dessa produção jornalística, quais as pessoas que foram ouvidas e, principalmente, qual o tipo de informação passaram ao jornalista;
- Angulação:** esta categoria diz respeito ao tipo de angulação dada para o assunto e pode ser compreendido por meio do gênero jornalístico mais evidente no material.

Fonte: Elaborado pela autora

Levando-se em consideração determinados requisitos, podemos traçar qual a intenção real tanto do meio de comunicação quanto do jornalista ao noticiar determinado assunto, dessa forma podemos questionar tanto a estrutura comunicacional quanto o interesse do público.

Assuntos que chamam a atenção nem sempre são compatíveis com aquilo que deve ser noticiado, uma vez o interesse público não pode ser confundido com o interesse do público, deve-se noticiar aquilo que de fato seja de interesse da sociedade como um todo.

Motivados por uma mentalidade capitalista, jornalistas, editores e proprietários de veículos de comunicação optam por assuntos que despertem o interesse popular, sem ter o cuidado com a qualidade e as consequências de determinadas informações.

Para conseguirmos exemplificar melhor, faremos uma breve explicação de cada um dos casos:

## 5.1 CASO JOÃO HÉLIO

O caso João Hélio diz respeito ao assassinato cruel de uma criança de sete anos, no Rio de Janeiro. No dia 7 de fevereiro de 2007, o carro da mãe da criança, Rosa Cristina Fernandes foi cercado por três bandidos, que anunciaram o assalto, enquanto estava parada em um semáforo, na rua João Vicente em Osvaldo Cruz, subúrbio carioca.

No carro estavam Rosa, mãe de João Hélio e condutora do veículo, uma amiga da família, a irmã da criança, Aline Fernandes de treze anos e João Hélio, que estava no banco traseiro.

No momento do assalto, os outros ocupantes do veículo conseguiram sair, mas a mãe de João Hélio não conseguiu soltar o cinto de segurança da criança, que estava sentada na cadeirinha. Mesmo assim, os assaltantes saíram com o veículo em alta velocidade, com o corpo da criança preso do lado de fora do veículo, um corsa sedan.

O menino ficou pendurado na lateral do veículo e foi arrastado por cerca de sete quilômetros, passando pelos bairros de Osvaldo Cruz, Madureira, Campinho e Cascadura.

Segundo testemunhas, moradores e motoristas tentavam sinalizar aos bandidos, que diziam que o que estava sendo arrastado não era uma criança e sim um boneco de Judas. Algumas testemunhas do caso, afirmaram que durante todo o percurso, os bandidos passavam perto de postes e andavam em ziguezague na tentativa de se livrar do corpo da criança, mas os criminosos só abandonaram o carro, quando chegaram a Rua Caiari, no bairro de Cascadura, que não havia saída, de acordo com notícia veiculada pelo site UOL.

Os acusados fugiram do local e o corpo da criança ficou totalmente irreconhecível.

Dezoito horas após o assalto, devido à grande repercussão do caso, a Polícia Militar do Rio de Janeiro já havia encontrado os suspeitos, Diego Nascimento da Silva, de 18 anos, que ocupou o banco carona na hora da fuga; o menor, Ezequiel Toledo de Lima, que foi responsável por render a mãe do menino; o suposto condutor do veículo Carlos Eduardo Toledo Lime, de 23 anos e os acusados de levar os bandidos até o local para praticarem o assalto, Tiago de Abreu Mattos, de

19 anos e Carlos Roberto da Silva de 21 anos, que estariam no taxi que pertencia ao pai de Tiago para dar cobertura na hora da fuga dos bandidos.

O caso foi acompanhado pela imprensa e gerou uma comoção nacional na luta pela paz, na missa de sétimo dia da criança, por exemplo, cerca de 1.500 pessoas organizaram uma passeata pelo centro do Rio de Janeiro pedindo paz.

Cerca de um ano após a morte de João, os acusados foram condenados por latrocínio (roubo seguido de morte), com penas que variam de 39 a 45 anos e prisão, o menor, Ezequiel Toledo de Lima, foi condenado à medida sócio-educativa em uma instituição de jovens infratores, após cumprir três anos em regime fechado. No dia 8 de fevereiro de 2010, ele foi beneficiado com a progressão de regime e cumpre pena de mais dois anos em regime semi-aberto.

Os outros acusados do crime tiveram seus pedidos de diminuição de pena negados recentemente, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que não cabia ao tribunal reanalisar fatos e provas que levaram à condenação.

## 5.2 CASO ISABELA NARDONI

O caso Isabella Nardoni refere-se ao assassinato da menina de 5 anos, Isabella de Oliveira Nardoni, que caiu do sexto andar do Edifício London, na Vila Guilherme, em São Paulo.

A morte da menina ocorreu no dia 29 de março de 2008 e gerou grande repercussão nacional, uma vez que os acusados eram o pai da criança, Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, a madrasta da menina.

A mãe da menina, Ana Carolina Cunha de Oliveira, ficou grávida de Alexandre quando tinha dezessete anos e a notícia da gravidez não foi muito bem recebida pelo pai de Isabella, que na época tentava ingressar na Faculdade de Direito.

Os pais de Isabella se separaram quando ela completou onze meses, e em acordo jurídico, a pensão alimentícia foi estipulada em duzentos e cinquenta reais e o direito de visitas quinzenais à criança.

Na época da morte, o pai da criança, Alexandre Nardoni, morava com a madrasta da menina, também acusada pelo crime, Anna Carolina Jatobá. O casal tem mais dois meninos, Cauã, de 1 ano e Pietro de 5 anos, na época.

O pai de Isabella alegou em depoimento que o apartamento onde morava teria sido assaltado e um dos bandidos jogou a menina de uma altura de seis andares, hipótese descartada pela perícia.

A perícia realizada pela Polícia Técnica Científica constatou que o pai de Isabella estaria na cena do crime, quando a criança foi jogada. O caso pode ser acompanhado detalhadamente pela imprensa, que teve acesso aos laudos técnicos da perícia e transmitiu ao vivo a prisão dos acusados.

Os detalhes do caso eram noticiados a todo o tempo na época, uma vez que gerou grande comoção nacional e até internacional. Além disso, os acusados e a mãe da menina, Ana Carolina Cunha de Oliveira, deram entrevistas à imprensa, garantindo com isso maior publicidade ao caso.

Devido à grande exposição do fato, o pai e a madrasta da criança foram criticados pela imprensa e pela opinião pública pois, na época, chegaram a contratar um porta-voz da família, para evitar a desinformação do caso. Ele era responsável por transmitir à imprensa os acontecimentos e as novidades do caso, tentando diminuir os boatos que fossem errados.

Além disso, a rápida contratação de um advogado para o caso chamou a atenção de todos, uma vez que dois dias depois da morte de Isabella os acusados já tinham um advogado para sua defesa, o que despertou a suspeita de serem culpados. Mas, de acordo com os acusados, a contratação do advogado foi feita apenas como garantia, já que a mídia os apontavam como autores do crime.

Os acusados foram presos por volta de um mês depois do dia que o crime ocorreu e foram levados à júri popular, que ocorreu cerca de dois anos depois da morte de Isabella. Após cinco dias de julgamento, o juiz do caso, Maurício Fossen, fez um pronunciamento que pode ser acompanhado por diversas redes de televisão ao vivo.

O júri condenou o casal como culpado por homicídio triplamente qualificado; Alexandre Nardoni, pai da menina, foi condenado a 31 anos, 1 mês e 10 dias, pelo agravante de ser o pai da criança e ser a pessoa, que segundo a perícia jogou a menina. Enquanto que Anna Carolina Jatobá foi condenada a 26 anos e 8 meses, ambos em regime fechado.

Logo após a sentença, proferida no dia 27 de março de 2010, o advogado do caso, Roberto Podval, recorreu da decisão, mas dez dias depois o mesmo juiz

recusou o pedido de recurso, negando que acontecesse um novo julgamento e a anulação da condenação.

Os dois condenados cumprem a pena em regime fechado até os dias atuais em Tremembé, no interior de São Paulo. Eles vivem em cadeias vizinhas. Os dois outros filhos do casal usam o sobrenome menos divulgado da família, para evitar o assédio da imprensa. O menino mais velho, Pietro, mudou de escola desde a morte da irmã, no colégio, salvo os diretores e professores, ninguém mais sabe quem são seus pais.

A defesa do casal ainda está tentando anular o júri popular no Fórum de Santana, na Zona Norte de São Paulo. O advogado do casal, Roberto Podval, sustenta que eles são inocentes e aguarda a decisão de dois recursos que correm no Poder Judiciário, para que a decisão seja anulada e um novo julgamento seja agendado.

O advogado da defesa alega que o júri não foi justo, já que segundo ele a opinião popular já havia sido construída pela imprensa, o que, de acordo com ele, teria impedido um julgamento justo.

De acordo com as características dos dois casos apresentados, podemos traçar um paralelo entre eles, levando-se em conta que ambos tratam de casos de assassinatos de crianças, o que justifica uma maior comoção social.

Além disso, o lapso temporal entre um e outro foi de apenas um ano, o que permite que um seja equiparado ao outro pela mídia devido à crueldade em que ocorreram.

De forma geral, o caso Isabella teve maior comoção devido ao fato de que o suspeito pela morte da menina tenha sido o seu pai e, por outro lado, o caso João Hélio chama a atenção pela crueldade com que a criança foi morta, o que chamou a atenção da imprensa.

A atuação da mídia, nos dois casos, tem como finalidade comover o público que está assistindo à violência dos dias atuais, e sua atuação teve como principal fundamento manter acesso o interesse público durante todo o desenrolar de ambas as histórias.

Além disso, o acesso irrestrito da imprensa aos laudos policiais e a detalhes do caso fizeram com que as histórias rendessem muitas matérias entre vários meios de comunicação, sem que para isso fossem tomados os devidos cuidados com o tratamento das vítimas. As entrevistas concedidas pelos pais das crianças pelo

programa Fantástico da TV Globo, dos pais de João Hélio foi no dia 11 de fevereiro de 2007 e da mãe de Isabella Nardoni foi transmitida no dia 11 de maio de 2008, pode ser acompanhada por milhões de telespectadores que dividiram a mesma dor das famílias das vítimas.

Em linhas gerais, o tratamento diferenciado da mídia para os dois casos fez com que fosse despertado o senso de justiça em todo o povo brasileiro, que acompanhava dia após dia os noticiários na busca por entender se os culpados já haviam sido presos.

### 5.3 ANÁLISE DO CASO JOÃO HÉLIO

#### Notícia 1

- **Veiculação:** A notícia foi transmitida pelo Jornal Hoje da TV Globo, veiculado diariamente das 13:20h às 13:50h.

- **Duração:** A reportagem teve duração de dois minutos e dezesseis segundos.

- **Fontes:** Foram ouvidas algumas testemunhas do caso que não quiseram se identificar. Essas pessoas apresentaram sua versão do que aconteceu na hora do crime.

- **Angulação:** A matéria pode ser enquadrada no gênero informativo, devido ao jornal ser transmitido durante o horário de almoço, o caso foi passado aos telespectadores sem que fossem apresentados muitos detalhes sobre o acontecido. A reportagem trouxe depoimento de testemunhas que choravam pela crueldade com que o crime ocorreu.

Fonte: Elaborado pela autora

## Notícia 2

- **Veiculação:** A notícia foi veiculada pela Band News (que não tem dia determinado)<sup>4</sup>.

- **Duração:** A reportagem teve duração de três minutos e dezoito segundos.

- **Fontes:** As fontes da reportagem foram o juiz do caso, cujo nome não foi divulgado. Um agente penitenciário - Marcos Rodrigues - , o pai de outra vítima de assassinato - Ary Fridenbach<sup>5</sup> e o advogado criminalista Fábio Don, que trataram do perfil do menor Ezequiel Toledo de Lima, que acabava de ser solto.

- **Angulação:** Esta matéria pode ser enquadrada no gênero interpretativo, pois de acordo com a pena que o menor recebeu, a reportagem levantou a discussão sobre o que seria justo ao fato, já que o menor ficou preso apenas 3 anos. Durante a reportagem foram reapresentadas as características do assassinato do menino João Hélio e as características do menor que participou do crime e acabava de receber a liberdade. Além disso, o pai de outra vítima de assassinato também deu entrevista criticando o tipo de pena aplicado aos menores, nos dois casos foram aplicadas medidas sócio-educativa e em dois anos os acusados já estavam em liberdade. Além disso, o perfil do menor também foi colocado em discussão, levantando a questão da menoridade penal.

Fonte: Elaborado pela autora

Neste caso, alguns cuidados foram tomados, levando em conta a forma com que o crime ocorreu. Nenhuma das duas reportagens mostrou o corpo da criança nem fizeram exposição da família, mas por outro lado, os depoimentos das testemunhas nos remeteram a uma cena de horror. Além disso, no caso da reportagem sobre a soltura do menor que confessou a participação do crime a sua imagem foi preservada a fim de resguardar o seu direito a continuar sua vida.

Porém a segunda reportagem questionou a punibilidade dos menores, remetendo que esta seja uma falha da justiça para esse caso concreto, porém a aplicação de medida sócio-educativa para menores que cometem crimes ocorre em

<sup>4</sup> O canal Band News transmite notícias durante todo o dia.

<sup>5</sup> Ary Fridenbach é advogado e pai de uma vítima de assassinato no Brasil, em novembro de 2003, sua filha, Liana Fridenbach, e o namorado dela, Felipe Café, foram mortos por dois homens no interior paulista. A moça foi torturada e estuprada antes de ser morta e, assim como no caso de João Hélio, um dos assassinos ficou preso por apenas três anos, uma vez que foi aplicada uma medida de segurança para o acusado menor de idade. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007, COTIDIANO, s/p).

qualquer tipo de caso em que eles estejam envolvidos, não cabendo à Justiça desse caso concreto fazer de forma diferente.

A primeira reportagem, por outro lado, teve como principal função apresentar o caso aos telespectadores, para isso, os fatos foram transmitidos sem uso de imagens sensacionalistas. Por outro lado, a exploração de depoimentos de pessoas emocionadas com a forma que João Hélio foi assassinado nos remete a um sentimento de pena.

O assassinato de uma criança deve ser tratado de forma cautelosa pela imprensa para que não ocorra a exposição da vítima nem de seus familiares. De forma geral, os critérios de noticiabilidade em casos desse tipo são: a relevância e o alerta social que esse tipo de caso remete a sociedade.

#### 5.4 ANÁLISE DO CASO ISABELA NARDONI

##### **Notícia 1**

- **Veiculação:** A notícia foi transmitida pelo programa Fantástico da TV Globo. Veiculado das 21h às 23h, nos domingos.

- **Duração:** A reportagem teve duração de cinco minutos e vinte e cinco segundos.

- **Fontes:** Durante a reportagem nenhuma fonte foi ouvida: foram apresentados apenas offs do repórter César Tralli e fotos do laudo policial.

- **Angulação:** A reportagem utilizou como base o laudo policial utilizado pela polícia para chegar aos assassinos da criança: todas as evidências apresentadas pela reportagem levavam a concluir que a pessoa matou a criança foi o pai, Alexandre Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Jatobá. Dessa forma, tratamos aqui de uma informação que se enquadra no gênero opinativo, embora pareça interpretativo. Uma vez que de acordo com o que foi constatado pela polícia, a imprensa condenou o casal Nardoni como os culpados pela morte da menina.

Fonte: Elaborado pela autora

## Notícia 2

- **Veiculação:** A notícia foi transmitida pelo programa São Paulo Acontece da TV Bandeirantes. Veiculado de segunda a sexta às 13h e aos sábados às 20:15h.

- **Duração:** A reportagem durou quatro minutos.

- **Fontes:** Foi ouvida uma das testemunhas do caso, uma vizinha do Edifício London, Luciana Rodrigues que também deu depoimento durante a reconstituição do crime. Além disso, a reportagem transmitiu o áudio do depoimento de outro vizinho enquanto os peritos faziam a reconstituição do crime.

- **Angulação:** A reportagem apresentou o modo com que foi feita a reconstituição do crime e, de acordo com o que foi apresentado, não existia uma terceira pessoa no apartamento quando Isabella Nardoni foi jogada pela janela. A reportagem mostrou ainda quais foram as pessoas que participaram da reconstituição do crime. Esta matéria pode ser enquadrada no gênero informativo, uma vez que se preocupou em apresentar ao público a forma com que a perícia do crime foi feita, além de ter ouvido testemunhas do caso antes de apontar os acusados.

Fonte: Elaborado pela autora

No caso Isabella Nardoni, as notícias apresentadas trazem como principal fonte o laudo policial que traz informações da polícia sobre o caso, neste sentido a atuação do jornalismo não é a de condenar ninguém pelo assassinato da criança, mesmo que as circunstâncias nos levem a algum tipo de evidência.

De acordo com as duas reportagens, todas as evidências tanto do laudo policial quanto da reconstituição do crime, levaram a entender que os assassinos da menina de fato eram seu pai Alexandre Nardoni, e a madrasta, Anna Carolina Jatobá, por outro lado, não ficou nada provado.

Dessa forma, embora as evidências dos laudos policiais chegassem à conclusão sobre os culpados pela morte da criança, a primeira reportagem não poderia apontar o casal como culpados como assim o fez, além disso, a notícia teve duração de cerca de três minutos e para tanto não apresentou nenhum depoimento de nenhum dos lados: ela foi construída de apenas com base no que apontava o laudo.

A versão do casal não pode ser ouvida em nenhuma das duas reportagens, a base das notícias se deu apenas no que foi dito pelo polícia, esquecendo-se de um dos princípios básicos do jornalismo: ouvir os dois lados da notícia.

Mesmo que a segunda reportagem tenha tratado do depoimento dos vizinhos, nenhuma delas buscou o que os acusados teriam a dizer sobre as evidências que estavam sendo levantadas pela polícia.

## 5.5 ATUAÇÃO DA MÍDIA

Ambos os casos tratam-se de assassinatos brutais de crianças, o que por si só já é capaz de despertar a curiosidade de toda a opinião pública, por outro lado, o problema está na forma em que esses casos são tratados pela mídia.

Fontes de audiência fácil, casos que envolvam crianças são constantemente atacados pelos meios de comunicação que buscam uma autopromoção. Um dos casos mais recentes ocorreu no atentado à Escola Tasso da Silveira, no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Depois que um ex-aluno da escola matou 12 crianças que estavam dentro da sala de aula, ele foi morto por um policial militar e aí que entra a espetacularização da mídia perante o caso.

Rodeada pelo sensacionalismo, a imagem do corpo do jovem de 23 anos foi exposta nos mais diversos sites de notícia, que não pouparam artifícios para atrair a atenção do público.

Embora o caso trate de um assunto de interesse e comoção pública, pois o interesse privado falou mais alto e sem nenhum respeito à honra e a imagem, o corpo de Wellington Menezes de Oliveira foi exposto em diversos portais da mídia eletrônica.

Em relação aos casos analisados, nem o corpo de João Hélio nem o de Isabella Nardoni foram expostos. Por outro lado, nos dois casos, tanto os pais de João Hélio, quanto os acusados pela morte de Isabella não tiveram seus direitos de intimidade e imagem preservados. As fotos do Casal Nardoni e a dos pais de João

---

<sup>6</sup> No dia 7 de abril de 2011, Wellington Menezes de Oliveira, de 23 anos, invadiu a sua ex-escola, Tasso da Silveira, em Realengo no Rio de Janeiro e matou 12 crianças e adolescentes, com idades entre 12 e 14 anos. O rapaz entrou na escola dizendo que iria realizar uma palestra e começou a fazer disparos dentro das salas de aula, quando ele subia as escadas em direção ao segundo andar do prédio da escola, foi morto pelo policial militar Márcio Alexandre Alves, que acabava de entrar à escola depois do chamado do pai de um aluno. As aulas na escola só foram retomadas 11 dias depois da chacina. (VEJA, 2011, VEJA ACOMPANHA, s/p).

Hélio estiveram estampadas nos mais variados meios de comunicação, durante todo o desenrolar dos dois casos.

O conflito entre os interesses particulares da mídia em atrair o maior número de audiência é o que permeia a escolha entre um assunto e outro e, dessa forma, os cuidados, que devem ser seguidos, são esquecidos na hora de elaborar uma notícia, além disso, a proteção das vítimas, fontes e acusados não podem ser desprezadas pelos jornalistas na construção da notícia.

Nos dois episódios, os conflitos entre os interesses do público e o que é de interesse particular do próprio veículo de comunicação podem ser percebidos nos excessos cometidos pela mídia. Responsável por narrar e evidenciar determinados acontecimentos à sociedade espera-se que os meios de comunicação estabeleça uma relação de respeito com o público, não o tratando como mero consumidor da notícia.

Neste sentido a prévia condenação de uma pessoa não deve partir da mídia, que deve estar consciente daquilo que está sendo transmitido ao seu público, a verdade dos fatos deve prevalecer, sem que para isso tenha a necessidade de estabelecer juízos de valor.

Dessa forma, no caso Isabella Nardoni, por exemplo, a mídia não deveria apontar os acusados como os verdadeiros culpados pelo crime. Durante o desenrolar do caso muitas informações falsas podem ter sido lançadas, sem esquecer durante o desenrolar do caso foi travada uma disputa pela posse de determinadas imagens relacionadas ao caso.

Neste sentido, não tomaram nenhum cuidado com a proteção da imagem e da reputação da família, na possibilidade de aparecerem novas evidências que modificariam completamente o caso, como ficaria as informações já publicadas da vida do casal?

Assim como aconteceu em outras vezes, se outras evidências apontassem outros culpados para o assassinato da menina, a mídia teria que se retratar, já que não foram tomados os devidos cuidados antes de qualquer tipo de juízo de valor sobre o caso, como, por exemplo, o caso Escola Base, em 1994, em que a mídia teve que se retratar perante as acusações de abuso sexual em uma escola de educação infantil em São Paulo.

Da mesma forma no caso João Hélio, a reportagem da Band News não tem como função apontar o que seria justo ou injusto para o caso. O menor, Ezequiel

Toledo de Lima, foi solto depois de ter cumprido a sua pena estipulada pela Justiça, assim não cabe a reportagem questionar o que seria a melhor solução para o caso.

Por outro lado, a mídia tem como função levantar questionamentos e debates na opinião pública, a fim de despertar o senso crítico nos cidadãos, porém isso não deve ser feito apenas em um caso em específico. Afinal, a medida de segurança é estabelecida para qualquer menor, independente do tipo penal que ele cometeu.

Neste caso, a reportagem colocou em questionamento até a atitude do juiz sobre a liberdade do menor. O que um juiz pode fazer levando-se em conta o que é estabelecido pela Lei?

O direito à informação é considerado inerente a qualquer cidadão, mas para que este direito possa ser aplicado à vida prática deve estar acompanhado de outros direitos, como por exemplo o direito à segurança, o qual não está presente nos casos em questão. Estes não são os únicos casos de notícias referentes a acontecimentos trágicos que não foi tomado nenhum cuidado de proteção às vítimas, assim, estes não são os únicos casos em que a mídia atuou permeando o serviço público e o seu negócio.

A empresa jornalística tem, atualmente, como principal fundamento a garantia da audiência para a obtenção do lucro, o que acaba aprofundando o tratamento da notícia apenas como um produto, porém esta forma de se praticar jornalismo está apta a promover a cidadania, despertar um pensamento crítico em seu público e ainda mediar os interesses comuns da sociedade?

A mercantilização da comunicação, na busca do lucro, acaba por deformar o papel principal da imprensa – que é servir a população sem distinção de classes ou culturas, de maneira responsável e com conteúdo, respeitando as diferentes civilizações e seus costumes, apresentando os interesses da sociedade e suas necessidades em primeiro plano, como um servidor do público (BUCCI, 2000).

A responsabilidade do jornalista vai muito além da simples transmissão de uma informação, porém o papel social do profissional de comunicação é ameaçado à medida que isto possa ferir um dos direitos fundamentais de outra pessoa.

Dessa forma, quando o jornalista abre mão de sua principal função perante a sociedade, para se adequar aos interesses dos proprietários dos meios de comunicação, dos governantes ou até mesmo de anunciantes, deixa de lado a sua independência, de acordo com Bucci (2000, p. 56):

Quando algum veículo abre mão de sua independência, está atentando contra um princípio voluntariamente adotado por todos – está cometendo um deslize, traindo a expectativa da sociedade e a confiança de seus pares. Ninguém que abre mão de sua independência pode fazê-lo pública e explicitamente; precisa agir de forma indigna, precisa acobertar o desvio, escondê-lo ou, no mínimo, revesti-lo de justificativas nobres.

A independência dos jornalistas deve ser algo enraizado no exercício da profissão, uma vez que os profissionais da comunicação contam com uma boa margem de liberdade para investigar, apurar e editar as notícias, desde que se atentem aos princípios da verdade e da relevância.

O problema ocorre quando em casos como os analisados, a busca pela audiência seja maior que o princípio da verdade, o que gera uma diferença tênue entre a verdade dos fatos e as conclusões que podemos tirar deles.

A democracia garante aos jornalistas a liberdade de imprensa e uma independência editorial para que leve ao público as informações que lhes forem interessantes, dessa forma, Bucci (2000, p. 58) complementa: “quem entra no ramo de informar o público tem que oferecer informação independente, isto é, informação voltada exclusivamente para atender o direito à informação”.

Mesmo que a imprensa tenha características e estruturas comerciais e a notícia seja sua principal mercadoria, a expectativa da sociedade continua a exigir a independência editorial por parte dos jornalistas, para que se comprometam com a verdade e o respeito ao público.

Entretanto, essa independência é resultante da realidade social e não só dos jornalistas ou proprietários dos meios de comunicação. Ela é resultado “da tensão entre o grão de cultura democrática, de um lado, e a lógica do capital, de outro” (BUCCI, 2000, p. 58).

Neste sentido, Bucci (2000) aponta que duas ordens distintas de forças tem o poder de golpear a independência editorial. A primeira origina-se diretamente do poder político causado pela imprensa e fere a liberdade de imprensa, tratam-se das formas de censura e repressão aos jornalistas e aos órgãos da imprensa, já que não é protegida pela ética jornalística, por se tratar de um fator externo.

Enquanto que a segunda forma, é interna e reside no interior da imprensa, tratam-se dos conflitos de interesses dentro da redação, ela é tratada detalhadamente pela ética jornalística. Bucci (2000, p. 59) exemplifica:

Quando um jornalista deixa que seu valor mais alto, que é o de servir ao direito á informação e, portanto, servir ao cidadão, seja enfraquecido por outro tipo de objetivo – como obter para si vantagens junto a um grupo econômico, ou favorecer uma legenda política, ou proteger uma autoridade pública -, está incorrendo em conflito de interesses.

Assim, o que de fato norteia a independência editorial é a conduta de cada jornalista, e os conflitos de interesses vividos pela empresa de comunicação e os individuais ameaçam a independência de qualquer informação que é transmitida ao público.

## 6 CONTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Para melhor fundamentar as análises das reportagens apresentadas, fizemos duas entrevistas com pessoas da área do Direito: Carlo Napolitano, professor de Direito da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus Bauru, e Reginaldo Mattos, procurador do Estado. Para iniciar a entrevista, apresentamo-lhes as duas reportagens sobre o Caso Isabela Nardoni e duas sobre o caso João Hélio (já analisadas nesta pesquisa).

Os pontos de vista foram diferentes em alguns aspectos e semelhantes em outros, a avaliação das reportagens analisadas para Reginaldo Mattos teve um cunho institucional, buscando divulgar os fatos para a sociedade. Porém, de acordo com ele, todas são tendenciosas. Ele afirma, ainda, que elas buscam extrair um pré-julgamento da opinião pública em relação aos casos analisados. Por outro lado, o professor Carlo Napolitano afirma que as reportagens não trouxeram nenhum juízo de valor que não era de conhecimento de toda a sociedade.

Ao serem questionados quanto ao posicionamento da TV Bandeirantes no que diz respeito à medida de segurança imposta para o menor envolvido no caso João Hélio, Napolitano elucidou: “Eu acho que o papel da imprensa é esse, é discutir até mesmo se a lei é boa ou não, se ela é viável, se ela é razoável ou não, isso se discute”, enquanto que para Reginaldo Mattos o questionamento da imprensa, quanto à medida sócio-educativa imposta ao menor não deveria ser feito ao juiz, a ele cabe cumprir o que é estabelecido pela lei, sem que sejam feitos juízos de valor nos casos.

Das duas entrevistas, pode-se inferir que, em casos que envolvam menores de idade, sendo justo ou não, a legislação brasileira determina que sejam aplicadas medidas sócio-educativas que devem ser cumpridas no prazo de três anos. Assim, o que deveria ser colocado em questão seria a menoridade penal brasileira, que atualmente é estabelecida pela legislação brasileira como de 18 anos.

Tratando-se do caso Isabella Nardoni, ambos acreditam que a cobertura jornalística influenciou na decisão final do tribunal do júri, sendo que Mattos acredita que a exposição do caso pela mídia pode funcionar como um aliado, como forma de

acelerar as investigações e o julgamento dos acusados. Napolitano afirma que sempre acreditou na condenação unânime do casal Nardoni, uma vez que além da prévia condenação da opinião pública, existiam provas materiais e formais que colocavam o casal na cena do crime.

Outro questionamento que foi feito aos entrevistados foi sobre o auxílio ou não da mídia durante o transcorrer do processo judicial. Eles afirmaram que mídia e justiça devem sempre funcionar como aliadas em qualquer caso. Porém, para que a cobertura jornalística não atrapalhe a investigação judicial, os jornalistas devem sempre tomar cuidado com os termos que são utilizados e com a forma de transmitir determinadas informações, para não realizar um pré-julgamento sem se ater em conhecer as provas que sustentam a investigação.

As notícias devem seguir aquilo que é justo e que trate do interesse público. Reginaldo Mattos afirma que:

Cabe aos veículos de comunicação noticiarem os fatos que tenham relevância à opinião pública, nada impedindo em havendo alguma falha na lei, que a mídia provoque o debate visando o aperfeiçoamento da mesma.

Por outro lado, Napolitano argumenta que entre o que é justo e o que está na lei, as notícias devem se pautar pela justiça, já que, de acordo com ele, o que está na lei nem sempre é o mais justo.

As informações que são transmitidas pelos meios de comunicação devem se direcionar para aquelas que despertem o interesse e o senso crítico popular. Dessa forma, as notícias refletirão o que está acontecendo na sociedade. Quando a justiça não está cumprindo o seu papel, cabe à mídia levar essa discussão a toda a sociedade, funcionando como um auxiliador dos exercícios de cidadania e um aliado no que de fato é justo.

Em casos que envolvam crianças, foi questionado aos entrevistados qual seria a melhor forma de transmitir informação. Napolitano afirmou que, em princípio, sempre o direito de imagem e intimidade do menor de idade deve ser resguardados, uma vez que eles gozam de proteção especial pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, Mattos complementa que, em casos como estes, o bom senso dos veículos de comunicação deve preponderar e caberá ao Poder Judiciário fiscalizar e punir os possíveis abusos que ocorreram.

Reginaldo Mattos complementa, ainda, que existem várias formas de transmitir a mesma informação e os jornalistas devem sempre se basear no Código de Ética que protege o exercício da profissão. Assim, os fatos noticiados se limitariam apenas aos fatos comprovados, sem que fossem feitos juízos de valores.

O exercício do jornalismo requer um exercício diário de cuidados e limites, que são norteados tanto pelos critérios de noticiabilidade quanto pelo bom senso de cada profissional, que na hora de escolher o que será levado à opinião popular deve-se ter em mente quais são os limites que determinada informação deve conter, quais são as possíveis pessoas interessadas e afetadas com determinadas notícias e ainda qual a melhor forma de transmitir determinado acontecimento.

Os julgamentos devem ser deixados a quem tem competência para exercê-lo: aos jornalistas transmitir a informação de forma verídica e não tendenciosa já é o suficiente para desempenhar o seu papel de colaborador no desenvolvimento desta ciência social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou fazer uma análise de como o jornalista se comporta diante de casos que envolvam o assassinato de crianças, com o objetivo de melhorar as coberturas jornalísticas em informações que despertam o interesse público. Trata-se de um tema pouco estudado e abordado na literatura sobre comunicação, mas que nos permite identificar falhas na atuação jornalística nos dias atuais.

Para demonstrar isso foram elencados dois casos de repercussão nacional: o Caso João Hélio (ocorrido em 2007) e o Caso Isabela Nardoni (ocorrido em 2008) e apresentadas duas reportagens de cada um dos casos, a fim de mostrar a forma com que foram tratados pelas emissoras de televisão brasileira. As reportagens estudadas foram da TV Globo, TV Bandeirantes e Band NEWS e apresentavam informações tendenciosas sobre os casos em questão.

Os dois casos tratam de assassinatos brutais contra crianças. O caso Isabela Nardoni com um agravante, que desperta ainda mais a curiosidade da opinião popular, o fato do suposto assassino ter sido o próprio pai da menina e, outro caso, que chama a atenção pela brutalidade com que aconteceu, dessa forma o cuidado no tratamento e na escolha dessas notícias deve ser feito em todos os sentidos, seja na proteção das crianças que sofreram este tipo de violência ou no caso das famílias que ainda sofrem com a perda.

Como foi mostrado pelas reportagens, na análise de conteúdo, o jornalismo infelizmente ainda se preocupa muito pouco com a proteção de menores de idade e com o direito à imagem das vítimas. Na análise, fica evidente a falta de compromisso das emissoras em respeitar a intimidade das famílias das vítimas.

Como também podemos verificar nas entrevistas concedidas pelo Professor da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Unesp – Campus Bauru e Reginaldo Mattos, procurador do Estado, que afirmaram que a mídia sempre deve funcionar como um aliado da justiça, buscando proteger e levar ao conhecimento público assuntos que envolvam seus interesses, sem que para isso sejam feitos juízos de valor.

O papel do jornalismo de levantar discussões, apontar possíveis falhas na sociedade e conseqüentemente suas soluções vem sendo deixado de lado por uma mentalidade capitalista, que na ânsia por conseguir audiência esquece os princípios essenciais do exercício da profissão.

A transmissão das informações deve ser vista como um aliado do senso comum, pois deve ser capaz de despertar o sentimento do que é justo e daquilo que de fato, interessa a sociedade de forma geral. O problema ocorre quando os interesses de toda a sociedade são deixados de lado em busca do favorecimento de interesses particulares.

Dentre as matérias selecionadas, a Rede Globo é a mais popular, durante os aproximados cinco minutos de reportagem, sobre o Caso Isabela Nardoni, exibida em horário nobre, no Programa Fantástico. Nela o jornalista não ouviu nenhuma

fonte, todas as informações que foram passadas aos telespectadores estavam sendo baseadas em um único ponto de vista.

Por outro lado, a matéria transmitida pela mesma emissora de TV, no Jornal Hoje, transmitido durante o horário de almoço, apresentou o caso João Hélio com leves doses de apelação emocional, mostrando pessoas chorando com a crueldade com que o crime ocorreu, mas nada comparado ao pré-julgamento ocorrido no Caso Isabela.

Assim, o que determina a forma que uma informação deve ser transmitida é a quantidade de telespectadores que vão ter acesso a ela, ou o compromisso com o interesse público e a verdade que ela possa transmitir?

Dessa forma, a responsabilidade do jornalista para com a sociedade deve-se pautar no compromisso com a verdade e o respeito, tanto na hora de definir entre uma informação e outra, quanto na forma de transmitir essas informações. O cuidado na escolha entre as palavras, imagens e linguagens podem ser determinantes na hora de transmitir determinadas informações.

Outro ponto que merece destaque são os critérios de noticiabilidade que devem ser respeitados independente da velocidade necessária para transmitir uma informação. Nos dias atuais, a sociedade em geral tem acesso a um número cada vez maior de informações de uma só vez. Com o advento da internet e de novas tecnologias que facilitam a comunicação entre as pessoas, existe uma enorme disputa entre os meios de comunicação para fazer com que as informações cheguem primeiro ao seu público, o que dificulta ainda mais o bom exercício do jornalismo.

Percebe-se que este trabalho representa uma pequena contribuição para o desenvolvimento da responsabilidade civil do jornalista. Ainda há muito que ser analisado sobre o assunto, como forma de melhorar e conscientizar os profissionais da comunicação perante a sua importância para o aperfeiçoamento da mentalidade crítico- social.

De qualquer forma, como foi estudado ao longo de todo o trabalho, não é possível negar a ligação essencial entre o jornalismo e a vida em sociedade, o bom exercício da profissão é o que permite às pessoas o acesso à cidadania, o desenvolvimento dos seus pensamentos críticos e, acima de tudo, o acesso a diversas informações. Assim, o jornalismo é uma profissão com finalidade social, o que falta é a conscientização dos profissionais da área em relação ao papel que exercem na sociedade contemporânea.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. **Alceu**, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 16-33, jul-dez. 2010. Disponível em: <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21\\_2.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu21_2.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.

BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BELTRÃO, Luiz. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa** 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**- São Paulo: Campanha das Letras, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** 6. ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

DIZARD JUNIOR, Wilson. **A nova mídia: a comunicação de massa na era da informação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ENTENDA o caso dos namorados assassinados na Grande São Paulo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u122982.shtml>>. Acesso em: 24 out. 2011.

KARAN, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Frederico Oliveira.- **A sociedade digital: impacto da tecnologia na sociedade, na cultura, na educação e nas organizações**- Rio Janeiro: Quality mark, 2000.

MASSACRE em Realengo. **Veja**, Rio de Janeiro. 11 de abr. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/veja-acompanha/tag/massacre-em-realengo/>>. Acesso em: 24 out. 2011

MCLUHAN, Marshall. **Meios de comunicação como extensões do homem**. 4. Ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

\_\_\_\_\_. **A galáxia de Gutenberg**. 2. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

MEDINA, Jorge Lellis Bomfim. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Symposium**, Boa Vista, ano 5, n. 1, p. 45-55, jan./jun. 2001.

MELO, José Marques de Melo. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SALOMÃO, Luis Felipe. Breves reflexões sobre responsabilidade civil no âmbito da comunicação. **BDJur**, Brasília, DF, 9 mar. 2010. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/27658>>. Acesso em: 20 out. 2011.

SANTOS, Vanessa Matos dos. **O processo de comunicação em ambiente virtual**. 2007. 240f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Bauru, 2007.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n.1, p. 95-107, 2005.

STOCO, Rui, **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

STRAUBHAAR, Joseph D. **Comunicação, mídia e tecnologia**. São Paulo: Pioneira Thonson Learding, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VEJA. Rio de Janeiro: Abril, edição 2238, n.41, out. 2011. 170 páginas.

## APÊNDICE 1- ENTREVISTA CARLO NAPOLITANO

**Pergunta 1-** Como o senhor avalia a atuação da mídia nas reportagens apresentadas?

Eu acho que elas foram esclarecedoras, eu acho que elas apenas prestaram informações, eu acho que em termos de juízo de valor, só tem aquelas manifestações lá de que são assassinos, ladrões, acho que são só estes adjetivos no caso das reportagens, mas aparentemente não tem nada assim, de indução ao telespectador de alguma informação que não tivesse de conhecimento geral divulgado até pela polícia, pelas testemunhas.

**Pergunta 2-** No caso João Hélio, como o senhor avalia o posicionamento da Band, questionando a medida de segurança imposta ao menor?

**Carlo Napolitano:** Válida. Eu acho que o papel da imprensa é esse, é discutir até mesmo se a lei é boa ou não, se ela é viável, se ela é razoável ou não, isso se discute. Ou seja, menor pratica um crime, fica três anos preso e é isso que é estabelecido pelo ECA, ele cumpriu a pena e ele sai, se o bandido mata e é condenado, cumpriu a pena, ele sai. A não ser que haja alguma coisa além da criminalidade, como é o caso do Champinha, que ficou preso e ficou comprovado que ele era deficiente mental, que ele tinha um problema mental e não poderia ser ressocializado, então eu acho que a mídia pode ser um instrumento para fazer essas discussões e levantar o problema, mas não há nada de absurdo a mídia ou qualquer meio de comunicação demonstrar um desacordo com uma legislação estabelecida.

**Pergunta 3-** No caso Isabella Nardoni, como o senhor avalia a atuação da mídia? A senhora acredita que a mídia tenha influenciado na decisão da justiça? Por que?

**Carlo Napolitano:** Com certeza, absoluta, não tenho dúvida. Eu sempre digo para os meus alunos, sempre digo pra todo mundo que eles não teriam uma outra condenação a não ser condenação unanime pelo tribunal do júri. Fatos como esses que repercutem na sociedade, eles acabam influenciando o jurado, acaba influenciando até o juiz. A não ser que apareça uma outra prova muito mais robusta, muito mais contundente apareça. O casal foi anteriormente condenado pela opinião pública, isso se refletiu na condenação final, mas haviam muitas provas no autos, eu

não conheço o processo, só por reportagem, mas parece que foi muito bem instruído, tem prova material, tem prova testemunhal, tem provas de todos os tipos e a condenação ela foi correta. Então, não houve um pré-julgamento sem provas, houve um pré-julgamento da opinião pública, isso foi confirmado pelo Tribunal do júri, mas com provas, com provas robustas.

**Pergunta 4-** Até que ponto a atuação da mídia pode atrapalhar o exercício da justiça?

**Carlo Napolitano:** Bastante, até pelo fato dos meios não saberem utilizar adequadamente os termos, então muitas vezes pode até confundir a informação e muitas vezes uma pessoa que é inocente, já tem casos a respeito disso, que condenados pela mídia, volta a condenação pela justiça sem ter provas. Uma pessoa é absolvida depois sem ter provas, no caso, por exemplo, o famoso caso da Escola Base, tem o caso do Pimenta Neves. Então eu acho que pode influenciar tanto no aspecto positivo quanto no negativo e aí, deste aspecto negativo surge a questão da responsabilidade civil, então em relação a uma informação correta, simplesmente do que está acontecendo não tem problema nenhum.

**Pergunta 5-** Entre aquilo que é justo e o que está na lei, o que deve ser noticiado?

**Carlo Napolitano:** A justiça, porque é razoável. Porque a lei nem sempre vem amparada da justiça, então eu acho que é mais razoável você divulgar o que seria justo, como fez a Band. Não é justo uma pessoa cometer um crime hediondo, matar, tirar a vida de uma criança e ficar na rua, eu acho que essa revolta da sociedade expressa pela mídia é válida.

**Pergunta 6-** A mídia, de uma forma geral, é considerada um aliado ou um inimigo no exercício da justiça?

**Carlo Napolitano:** Depende, a TV Justiça pode ser uma aliada da justiça na divulgação das informações da própria Justiça, ninguém conhece o poder judiciário, ninguém conhece o Supremo Tribunal Federal, então, quer dizer, só a divulgação dos julgamentos do Supremo auxilia as pessoas a terem uma melhor compreensão sobre a justiça, então isso pode ser legal. Agora uma informação equivocada, não errônea, mas equivocada, com uma terminologia não adequada no jornalismo, pode não ser interessante, pode não ajudar na instituição da justiça, mas eu acho que ela

mais ajuda do que complica, em acho que a mídia e a justiça devem andar sempre de mãos dadas, muito embora elas tenham divergências de tratamento dos fatos, da situação, do tempo, uma coisa que é interessante ser discutida é a questão do tempo da justiça e o tempo do jornalismo. O tempo da mídia é imediato, o tempo da justiça ele é postergado no tempo, então a mídia quer divulgar a notícia no calor do momento, juiz julga depois do fato, depois que a poeira abaixa, pra fazer o juiz ter reflexão sobre aquele fato, então é diferente. A justiça tem um local próprio de ação que é o tribunal, que é o tribunal do júri no caso de crimes dolosos contra a vida, então o espaço físico apropriado pra distribuição da justiça. A mídia não tem espaço físico, um crime vai atingir mais a população local do que um população geral, esses crimes que você colocou teve uma amplitude nacional, talvez até mundial, então foge um pouco da esfera penal. Então, a questão do rito, a questão do tempo, a questão do espaço, a questão da linguagem é diferente, quer dizer, a linguagem midiática é diferente da linguagem da justiça, muitas vezes um termo jurídico é colocado de forma equivocada por reportagens ou matéria de jornal, então este choque, muitas vezes é pela diferença das duas instituições, de cultura mesmo.

**Pergunta 7-** Em casos como estes, que envolvem crianças, qual a melhor forma de transmitir uma informação, para que os direitos de intimidade e de imagem das famílias sejam preservados?

**Carlo Napolitano:** É difícil, porque eu acho que isso daí vai ficar um pouco a critério de cada veículo. Acho que a princípio o direito de imagem da criança tem que ser sempre protegido, até porque a criança e o adolescente tem uma proteção especial em relação ao adulto, até pelo ECA. Então eu acho que depende do caso, não sei fazer uma avaliação estrita, mas a princípio proteger a criança, proteger a imagem da criança e divulgar sempre o fato e se houve adulto, em relação a familiar, tem que divulgar também, porque ai o interesse deixa de ser privado e passa a ser público.

**Pergunta 8-** Gostaria de fazer alguma consideração que não foi contemplada pelas perguntas?

**Carlo Napolitano:** Não, eu acho interessante, achei uma boa estratégia sua de mostrar a matéria e fazer perguntas. Eu acho legal.

## APÊNDICE 2- ENTREVISTA REGINALDO MATTOS

**Pergunta 1-** Como o senhor avalia a atuação da mídia nas reportagens apresentadas?

**Reginaldo Mattos:** De forma geral todas são de cunho institucional, ou seja, ela divulgam o fato para a sociedade. Contudo, todas são tendenciosas em extrair conclusões que antecipam o julgamento que cabe somente ao judiciário. Vale a pena ressaltar que outros meios de comunicação que não se limitam a noticiar, mas também agem como verdadeiros tribunais midiáticos.

**Pergunta 2-** No caso João Hélio, como o senhor avalia o posicionamento da Band, questionando a medida de segurança imposta ao menor?

**Reginaldo Mattos:** A emissora questionou a libertação do menor e, ao ouvir o juiz, o mesmo pôde esclarecer que ao judiciário cabe cumprir a lei. Que no caso limita a medidas sócio-educativa em 3 anos.

**Pergunta 3-** No caso Isabella Nardoni, como o senhor avalia a atuação da mídia? O senhor acredita que a mídia tenha influenciado na decisão da justiça? Por quê?

**Reginaldo Mattos:** Acredito que na decisão não. Mas não há dúvidas que a presença da mídia aumenta (e muito) o empenho e a agilidade das investigações, bem como do próprio processo crime.

**Pergunta 4-** Até que ponto a atuação da mídia pode atrapalhar o exercício da justiça?

**Reginaldo Mattos:** Quando a opinião pública realiza pre-julgamento sem se ater e sem conhecer integralmente as provas que sustentam a investigação, podendo nesse caso influenciar os operadores de direito, que podem esquecer o lado técnico e se antecipar para conseguir satisfazer os públicos.

**Pergunta 5-** Entre aquilo que é justo e o que está na lei, o que deve ser noticiado?

**Reginaldo Mattos:** Cabe aos veículos de comunicação noticiarem os fatos que tenham relevância à opinião pública, nada impedindo em havendo alguma falha na lei, que a mídia provoque o debate visando o aperfeiçoamento da mesma.

**Pergunta 6-** A mídia, de uma forma geral, é considerada um aliado ou um inimigo no exercício da justiça?

**Reginaldo Mattos:** De forma geral, ela é considerada um aliado, uma vez que coíbe abusos como poder econômico, político. Sua atuação é massiva, o que propicia a fiscalização da atuação do desfecho da maioria dos casos apresentados por ela. Contudo, é inegável que a mídia por algumas vezes realiza verdadeiro julgamento que posteriormente se mostra injusto, não cuidando de esclarecer à opinião pública com a mesma ênfase que foi noticiado.

**Pergunta 7-** Em casos como estes, que envolvem crianças, qual a melhor forma de transmitir uma informação, para que os direitos de intimidade e de imagem das famílias sejam preservados?

**Reginaldo Mattos:** A princípio há um confronto entre o direito à privacidade / intimidade e o direito à informação e liberdade de imprensa. Cabe ainda os órgãos de comunicação agirem com bom senso e ao judiciário fiscalizar e punir os abusos perpetrados.

**Pergunta 8-** Gostaria de fazer alguma consideração que não foi contemplada pelas perguntas?

**Reginaldo Mattos:** Há várias formas de abordar a mesma notícia, sendo que alguns veículos de comunicação se esquecem do código ético que move a profissão. Com isso, muitos não se limitam a noticiar somente os fatos comprovados e acabam julgando de forma superficial levando o público para mesma linha de raciocínio.